ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE CULTURA SUPERIOR - SOCULTURAS
INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA
JOSÉ OTACÍLIO FÉLIX DA SILVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESPERANÇAS E DESAFIOS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA E RELIGIOSO

TERESINA - PIAUI
2014

JOSÉ OTACÍLIO FÉLIX DA SILVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESPERANÇAS E DESAFIOS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA E RELIGIOSO

Trabalho de Conclusão apresentada ao Curso de Filosofia do INSTITUTO CATOLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ - ICESPI, para obtenção de grau de LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA sob a Orientação do Professor Doutor: Pe. Wellistny C. Viana

Cód. 5854
100
T586e
Ex.01

TERESINA - PIAUÍ

2014

Trabalho de Conclusão apresentado como requisito para a obtenção do grau de LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA

ICESPI - Biblioteca
12133 15/10/19

José Otacílio Félix da Silva

_____

Trabalho de Conclusão aprovada em _____/_____/_____

Prof. Doutor:

_____

1° Examinador

_____

2° Examinador

_____

3° Examinador

_____

Coordenador

_____

Aos alunos e professores com os quais convivi em sala de aula, sem eles não teria aprendido a aceitar o diferente.

Aos meus pais que na simplicidade e exemplo me mostraram que o outro, apesar de diferente, é digno de respeito.

A Alan, Anderson, meus sobrinhos que são portadores de deficiência. A João Bosco, Lara e Ricardo, meus ex – alunos cegos, que me fizeram ver com os olhos da alma o quanto eles são capazes de superar as dificuldades e viverem uma vida, sintonizados com o mundo e com a natureza.

A Deus Criador do ser humano e de todas as belezas que estão em nossa volta.

Aos Professores pela orientação do trabalho e valiosa contribuição, dedicação, respeito e amizade.

Aos profissionais que partilharam suas experiências, principalmente, Célia e Ismael que me ajudaram na coleta de material, permitindo-me uma reflexão melhor acerca da Educação Inclusiva.

SUMÁRIO

Introdução 08

1 - A Dialética da Inclusão/Exclusão numa Perspectiva Bíblico – Religiosa e Filosófica 11

1.1 O Dinamismo da Criação e o Diálogo Inclusivo entre Deus e o Ser Humano. 15

1.2 A Práxis Profética 17

1.3 A Práxis de Jesus 20

1.4 A Igreja, Justiça e Amor

2 -Caracterização do Ensino Filosófico e Religioso Inclusivo 23

2.1 – Natureza e Objeto do Ensino Filosófico e Religioso Inclusivo 23

2.2 Inclusão Implica no Desenvolvimento Social 28

2.3 Integração e Reciprocidade 32

2.4 Perspectiva Histórica da Educação Especial Inclusiva 34

2.5 Institucionalização da Educação Inclusiva 42

3 - A Educação Inclusiva no Estado do Ceará e no Município de Fortaleza 49

Conclusão 58

Bibliografia 60

RESUMO

O presente estudo tem como proposta delinear uma concepção de inclusão que parte da visão da Filosofia e visão religiosa da Bíblia e ultrapassa todo o universo de concepções a respeito das deficiências, a cura como processo de inclusão social, o comportamento dos Profetas, de Jesus Cristo e da Igreja Primitiva, diante dos indivíduos deficientes e marginalizados. Na reconstrução dessa trajetória, procuraram-se ilustrar as propostas pedagógicas dos gregos, seguindo-se assim, a transculturação dos métodos pedagógicos dos europeus, levados pelos jesuítas para as terras colonizadas, principalmente América Latina e Brasil. Fizeram-se necessárias pesquisas e interpretação das leis passadas e atuais a nível internacional, nacional, estadual e municipal. A conversa com alguns profissionais das áreas da Psicologia, Psiquiatria, educação e agentes de pastorais foi muito importante. A leitura de documentos e livros apresentados na bibliografia possibilitou a vivência e a escrita dessa Trabalho. O interesse pelo estudo da interface entre a formação dos professores de Ensino de Filosofia e Religioso, Pesquisa e construção de conhecimentos na área da educação inclusiva teve início no ano de 2001 quando entrei no curso de Ciências Religiosas do ICRE e também porque nesse mesmo ano trabalhamos com dois alunos cegos, quando lecionávamos a disciplina de Sociologia para o Ensino Médio de uma escola da rede privada em Fortaleza. Se o nosso interesse era discutir propostas para a formação do professor do Ensino de Filosofia e Ensino Religioso e a questão da Educação Inclusiva, decidimos que o nosso lócus de atuação seria a sala de aula e o Institutos de Filosofia e de Ciências da Religião, dois locais onde melhor reflete a possibilidade de um ensino inclusivo. Culminando, hoje, como uma proposta, também, a nível filosófico, sendo que de 2001 para os nossos dias, digo: 2014 muito foi feito pela Educação Inclusiva no Brasil. Tanto é verdade que os cursos de licenciaturas oferecem disciplinas que incentivam ao formando se interessar por essa pesquisa.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual passa por transformações históricas relevantes gerando, com isso, problemas políticos e econômicos graves para a manutenção e sustentação da grande maioria da população. Por um lado a natureza se vinga do homem que na sua ganância e desejo de ter destrói as reservas naturais provocando catástrofes irreparáveis. Por outro, é o próprio homem que se vinga dos outros por razão tão discordantes. A elite dominadora do mundo segrega a muitos. Quantos clãs vivem isolados, sem proteção, no descaso total, arrasados pela violência das guerras, a violência urbana, tão presente no nosso meio, pelo terrorismo que assusta a sociedade. É por isso que o mundo discute, hoje, propostas que sejam capazes de minimizar tanta violência. Como falar de inclusão numa sociedade tão preconceituosa e violenta. Isso é contraditório quando imaginamos que a sociedade que deseja incluir é a mesma que marginaliza o pobre, o negro, o deficiente e milhões de outras pessoas no mundo.

Acontece, porém, que nem todas as pessoas que vivem nesta sociedade compactuam com as práticas de exclusão daqueles que esbanjam dinheiro na luta armada, na fabricação de bombas, na destruição das culturas.

Surge do caos uma luz. Luz capaz de iluminar as mentes desses gestores de idéias pacíficas, que vêem na educação a resolução para muitos problemas. Assim, a educação torna-se ribalta que se ilumina efetivando significativas mudanças na história da sociedade.

Luz que se acendeu na civilização egípcia, grega, principalmente na civilização grega que deixou como herança um grande legado de conhecimento que ilumina, até nossos dias, muitas mentes que contribuem para o importante desenvolvimento das ciências.

Hoje vivemos um tempo impar e com grande possibilidade de transformação. A educação é objeto de estudo, as ciências evoluem cada vez mais e devem ser colocadas a serviço da humanidade.

É necessário que nos conectemos a esse cabedal de idéias, a esse novo tempo que se nos apresenta, a essa novidade que pode melhorar a vida de muitos. Precisamos construir situações favoráveis à natureza, à criação, ao próprio homem.

É preciso que sejam acesas as luzes da razão, afim de que, possa a educação brilhar nas mentes de todos os homens e mulheres. Isto deve se tornar real, mas enquanto idéia é, também, necessário.

As grandes mentes, iluminadas pela luz da sabedoria, são transformadoras, assim como foram as mentes de Sócrates, Platão, Aristóteles, no período da civilização grega, Jesus Cristo, Francisco de Assis, Mahatma Gandhi, Martin Luther King que levantaram a bandeira branca da paz e se colocaram contra a violência social e a favor da inclusão. Mas recentemente, temos Madre Teresa de Calcutá, aqui no nosso meio, Dom Helder Câmara, Irmã Dulce, Betinho, Paulo Freire e muitos outros que militaram em prol do desenvolvimento científico, em defesa dos direitos humanos, da qualidade de vida justa e solidária, em parceria com uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Muitas são, ainda, as luzes que se acendem em nosso meio. Luzes de natureza política, religiosa, econômica, educacionais, que dada a sua iluminação e a complexidade do contexto social, devem ser paulatinamente conquistadas.

Desejamos que esse trabalho se torne luz, haja vista, ter na contra mão dos acontecimentos, tantos que desejam apagar a luminosidade. É por isso que buscamos nas luzes de outros estruturar este trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo, contém uma fundamentação religiosa e filosófica, partindo do diálogo inclusivo de Deus com Ele mesmo, com a criação e com o ser humano, perfazendo todo o processo dinâmico do Criador; o caminho indicado pelos profetas no Antigo Testamento; a prática de inclusão social de Jesus Cristo e a práxis da Igreja Primitiva do Novo Testamento até os nossos dias.

No segundo capítulo trabalhamos a natureza e o objeto do Ensino Religioso filosófico o desenvolvimento social impulsionado pela educação. O levantamento histórico

da Educação no Brasil e a tentativa de inclusão dos nossos nativos na cultura e educação européia, ou seja, o processo de transculturação.

O terceiro capítulo delineará sobre, de forma sintética, o processo da educação inclusiva no Estado do Ceará e no Município de Fortaleza. O trabalho é concluído com uma proposta de disciplina que trabalhe a legislação atual de inclusão no curso de licenciatura plena em Ciências Religiosas e de Filosofia do ICRE.

Esperamos que mais luzes sejam acesas e que esse Trabalho de Conclusão de Curso contribua para iluminar a mente de quem dela se aproximar e ler o seu conteúdo. Que ela contribua, outrossim, não só para dar respostas às inquietações relevantes no contexto educacional atual, mas também para transformá-lo.

1 - A Dialética da Inclusão/Exclusão numa Perspectiva Bíblico – Religiosa

1.1 - O Dinamismo da Criação e o Diálogo Inclusivo entre Deus e o Ser Humano.

A ciência calcula que o homem data sua existência na terra aí pelo ano de 600.000 a. C. Quanto ao início do mundo está escrito na Bíblia que Deus foi o seu criador, mesmo sendo negado pelas ciência de cunho materialista. Diz, no livro do Gênesis: "Quando Deus iniciou a criação do céu e da terra a terra era deserta e vazia, e havia treva na superfície do abismo; o sopro de Deus pairava na superfície das águas" (Gn 1,1-2).[1] E diz da origem do homem: "Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou; criou-os macho e fêmea(...). Mas adiante o autor escreve: "O Senhor Deus modelou o homem com o pó apanhado do solo. Ele insuflou nas suas narinas o hálito da vida, e o homem se tornou um ser vivo" (Gn 2,7). O que se prossegue até o final do capítulo é o diálogo entre Deus e o homem. São os ensinamentos, a aprendizagem, a adaptação ao novo, as experiências. Deus dá ao homem e a mulher a capacidade de conhecer. Por isso pede ao homem para dá nome as outras criaturas. Dá nome, segundo os exegetas, significa conhecer com detalhes e dominar, através do conhecimento, tudo que lhes cercava. Deus cuida do homem e da mulher com grande zelo e lhes assegura uma felicidade duradoura. Com esse zelo o homem e a mulher se sentem por natureza superior a todas as coisas criadas. Assim diz Luis Arnaldich:

> Entre os antigos o nome tinha uma grande importância, porque com ele se caracterizava a pessoa ou coisa que designava. O poema babilônico da criação começa dizendo que, no princípio, nada mais existia do que o caos, e nada mais tinha nome. Dar o nome supunha o conhecimento do ser que se designava, e ao mesmo tempo o direito sobre esse ser, que lhe estava sujeito pelo mero fato de ter recebido dele um nome. Que Adão impusesse nome aos animais, faz subentender que conhecia a sua natureza e denota ao mesmo tempo a autoridade que tinha sobre eles, o que o converte no rei da criação (...). Conheceu o homem que era por natureza superior a todos os animais (...)[2].

---

[1] BIBLIA Tradução Ecumênica - TEB

[2] ARNALDICH Luis; A Origem do Mundo e do Homem, Editorial Áster, Lisboa, 1958

É importante perceber que o homem e a mulher são incluídos dentro do processo da criação. Nesse dinamismo, "Homo Incultus" e "Mulier Inculta", subitamente se sentem diferentes. Um clarão penetrou-lhes fundo nas entranhas, com tamanha intensidade que modificou completamente as suas naturezas. O Criador deu ao homem e a mulher a luz da razão.

"Deus disse:' que a luz seja!' e a luz veio a ser (Gn 1,3). Com isso "Homo Incultus" e "Mulier Inculta" percebem que a vida se torna um instrumento que deve ser bem aproveitado. Que é necessário aprender a viver no Éden. Aí, as trevas, que antes dominavam seus mundos, transformam-se numa intensa claridade, numa belíssima manhã de verão. Tudo aconteceu para que eles despertassem da embriaguez que, há muito, inebriava suas mentes. O despertar das trevas para luz, da ignorância para o conhecimento. Os primeiros passos, as primeiras manipulações, os primeiros feitos, os primeiros sinais foram sucessivamente acontecendo e tudo isso era bom, tudo era motivo de orgulho, pois os ensinamentos do Grande Mestre era dialético e compartilhado entre eles. Com o desenvolvimento das pequenas coisas, eles criaram uma forma de adaptação ao Éden, primária, é bem verdade, mas muito importante para o convívio familiar. Deixaram de ser "Incurvatus" para se tornarem "Erectus", deixaram de ser "Faber" e se tornaram "Sapiens". Comeram o fruto da árvore que estava no meio do jardim. "É que Deus sabe que no dia em que dele comerdes, vossos olhos se abrirão e sereis como deuses, possuindo o conhecimento do que seja bom ou mau" (Gn 3,5). Parte do seu ser pensa, aprende, conhece; a outra parte, ainda, age sem conhecer, por saudade do comodismo do Éden e do instinto animal – "Incultus". Foi necessária a intrepidez da mulher em desobedecer às ordens do Criador e seduzir o homem a ponto de convencê-lo comer o fruto da árvore para que muitas coisas, que antes eram desconhecidas se lhes tornassem menos desconhecidas. Foram expulsos do Paraíso. Conheceram a outra parte do lado de fora do Éden. Seguindo essa linha de raciocínio torna-se possível pensar de acordo com a visão teilhardiana:

> Logo o estofo do universo é bifacial por estrutura: apresenta um "de fora" e um "de dentro", coextensivo ao fora das coisas existe um dentro das mesmas. Há, portanto, uma exterioridade e uma interioridade das coisas todas: todas as coisas possuem um "de dentro"; uma consciência, uma

> espontaneidade, em grau diverso, porém proporcionado à complexidade do ser. [3]

Todavia, nem todos os signos foram revelados. Daí, o homem e a mulher sentirem necessidade de conhecer a verdade. Não a verdade fornecida pelos conhecimentos científicos, mas uma verdade que ultrapasse o físico, o experimental, o empírico: a verdade suprema, salvadora. Por isso surgem os questionamentos que perpassam toda vida do ser humano: "De onde veio essa luz tão formidável"? Por que e quando deixei de ser "Incultus" para me transformar neste ser "curiosus"? Por que existem diferenças biológicas de um ser humano para outro? Por que uns nascem biologicamente normais e outros não?

Nessa dinâmica o homem e a mulher, sempre em relação um com o outro, foram se desenvolvendo. Partindo do princípio do eu existo e penso junto com o outro no mundo.

Sob um ponto de vista, essa comunidade humana, agora fora do Éden, se sentiu aberta ao conhecimento e as novas adaptações, sob outro, profundamente confusa, pois muitas respostas deixaram de ser reveladas e ela tinha que buscar saídas para sobreviver. Não era totalmente eterno. Tornara-se finita, ao menos na parte que diz respeito a matéria, pois este do pó nasceu e ao pó retornará. Quanto a parte espiritual essa retornará para o Criador, pois é o seu próprio hálito insuflado no corpo. Ela se sentiu na possibilidade de duvidar de tudo. O mistério continua até hoje e são poucos os que se dão por satisfeitos com os pequenos esclarecimentos, pois, de acordo com Dalle Nogare – "Infinito em complexidade, o homem é também infinito em consciência, dado que, (...) complexidade e consciência se corresponde perfeitamente. Sendo o homem o mais altamente complexo, é ao mesmo tempo, o mais profundamente interiorizado". [4]

Foi nessa dinamicidade que a espécie humana se tornou "sapiens", isto é, há meio milhão de anos atrás. Há 300 mil anos, segundo a história, o homem vivia em organização social, porque se descobriu sociável desde o início da vida. Sentiu-se carente, mesmo antes de ser expulso do paraíso, por isso, "O Senhor Deus fez cair num torpor o homem, que adormeceu; tomou uma das suas costelas e voltou a fechar a carne no lugar dela. O Senhor Deus transformou a costela que tiraria do homem em uma mulher e levou-a a ele" (Gn 2, 21-22). Preencheu, com ela, a carência de ternura, amor, contato afetivo para a formação

---

[3] NOGARE, Dalle; Pessoa e Amor Segundo Teilhard de Chardin, São Paulo, Editora Herder, 1982, p 16
[4] NOGARE, Dalle; Pessoa e Amor Segundo Teilhard de Chardin, São Paulo, Editora Herder, 1982, p 25

física e psíquica. Por isso, exclamou alegremente: "Eis desta vez, o osso dos meus ossos e a carne da minha carne! Ela se chamará humana, pois do humano foi tirada" (Gn 2,23). Sem esta companhia e sem suprir estes elementos haveria um desequilíbrio total na sua formação física e psíquica.

Possuía uma linguagem própria com a qual se comunicava. Havia reciprocidade técnica entre eles. Consciência reflexiva. Sentiram a necessidade cada vez mais crescente de viverem mais próximos. Experimentando os objetos, fazendo contato com o mundo e tirando conclusões nas reflexões e suas conseqüências para a vida psicológica e física.

A relação com o outro e com o mundo foi primordial e condição para uma vida em comum. O meio social e humano é cheio de sentido, surgindo daí as primeiras civilizações que fixaram residência nas planícies de boa fertilidade e nos vales de maior potencialidade agrícola. Desejo de preservação da espécie. Com efeito, criaram a escrita que os beneficiou e muito nos registros religiosos e administrativos. Teilhard de Chardin, conforme Dalle Nogare, chega a dizer:

> O aparecimento da reflexão no homem constitui, em certo sentido, "uma mudança de zero ao todo", sem intermediário. O aparecimento do homem liberou uma nova força de vida na terra. É um salto prodigioso que deve valer na história da Terra como "um acontecimento evolutivo de primeira grandeza": uma passagem tão profunda e radicalmente nova, que só o primeiro início da vida pode ser comparado com ele. É um novo mundo interior, o mundo do Universal pensado, que se abre.[5]

Numa visão histórico – crítica, foram passos, à primeira vista, pequenos, mas de um valor estupendo para história da humanidade. Tudo isso incentivado pelo Grande Criador. O 'Spiritus Cosmocrator" se revelou e se desenvolveu proporcionalmente com o movimento do mundo.

A humanidade atingiu um nível de organização muito elevado. O universo se harmonizou com o homem afim de progredir na solidariedade e coletividade. Mesmo hoje,

---

[5] NOGARE, Dalle; Pessoa e Amor Segundo Teilhard de Chardin, São Paulo, Editora Herder, 1982, P 30

sabendo que o homem, ao contrário do universo, destrói, numa proporção, atualmente, assustadora o "espaço de fora" dele mesmo.

A sucessão necessária dos pontos de vista da reflexão, do determinismo social, da língua, moral, crescimento econômico, religião constitui as diferenças reais do homem em face de si mesmo – "indivíduo" e do homem em relação ao outro – "coletividade". Diferenças que geram experiências de sucesso e insucesso, ao longo do tempo. Experiências que fornecem conhecimentos, essencialmente relacionado com o objeto conhecido, desse conjunto de elementos chamado universo e que se relaciona de maneira a mais diversa possível.

1.2 - A Práxis Profética

Logo, o conhecimento humano provocou na história condição de dominação, exclusão e exploração. A literatura bíblica é muita rica em ilustrações desses fenômenos. A situação econômica e a busca de conforto, ou seja, a relação entre o bem – estar material em detrimento de muitos proporcionou fartura para uns poucos e miséria para grande maioria.

Nascem os primeiros problemas: a guerra, a fome, a subjugação, a exclusão. Moisés foi protagonista de um grande movimento contra o jugo do povo egípcio que escravizava e maltratava os israelitas. Ele deixou para a humanidade memórias do êxodo do povo de Israel, em busca da terra prometida por Deus. Os acontecimentos do exílio, a busca por alimento, os duros sofrimentos, os problemas sociais e religiosos tudo isso narrado com grande sabedoria. Moisés continuou a história de amor entre Deus e o povo. A aliança feita por Deus não foi esquecida. O Criador aceita o modo de relacionamento humano, adaptando-o ao mundo sobrenatural. As grandes sagas vão se apresentando na Bíblia séculos após séculos sempre em defesa do povo eleito e em nome de um pacto entre o Divino e o humano. Daí, também, as grandes profecias, que a propósito dos outros acontecimentos, narra uma grande crítica as estruturas sociais, políticas e religiosas. O profeta, na mentalidade do povo sofrido, era o intermediário para o conhecimento do futuro. Era um visionário dos acontecimentos sociais e econômicos. Percebiam que a vida depende muito do próprio homem. A vida é um resultado de relações humanas, de atos

livres e responsáveis. O sentido da função de um profeta não era cultual, mas ele era um grande orientador da vida, da moralidade pública, ou seja, era um educador corajoso, legitimava ou sancionava comportamento ético de capital importância para toda sociedade. Tal função não difere muito do movimento educacional dos filósofos gregos, em se tratando de um modelo educacional. "O profeta é um dos intermediários escolhidos por Deus para transmitir aos homens um conhecimento especial sobre o que se deve fazer no momento presente ou sobre as incertezas do futuro".[6] Criticavam a situação econômica e política porque era, e é, possível prever e evitar as calamidades; é possível planejar a economia em função da população, e não em função de uns poucos. Pensavam numa lei fundamental da vida social como atitude humana: respeito e valorização do outro. Lei fundamental que se concretiza no amor ao próximo. Sem amor não há relação realmente humana. Com efeito, é impossível compreender os profetas sem considerar esses valores. A sua postura frente aos problemas, as crises não é meramente receptiva; assimila, reflete, muda, rejeita, como que guiado por um princípio de ação e reflexão.

> Oh! Transformou-se em prostituta a cidade fiel, plena de justiça, refúgio do direito e agora dos assassinos? Tua prata transformou-se em escória, teu melhor vinho está misturado com água. Teus chefes são rebeldes, cúmplices dos ladrões. Todos eles amam presentes, correm atrás de gratificações. Não fazem justiça ao órfão e a causa da viúva não chega até eles (Is 1,21-23) .[7]

Verificamos que o texto profético é proferido com muita coragem. No exemplo citado acima Isaías condena o comportamento da administração local, a subversão social, o banditismos que parece imperar. Trata-se de uma contestação reacionária; os órfãos e as viúvas são esquecidos. Os homens públicos são cúmplices dos roubos e desonestidades, tornando-se proprietários de grandes fortunas enquanto o pobre se lamenta na sua penúria. A esperança é o profeta que com a sua astúcia e ousadia traz refrigério para aqueles que sofrem. Nota-se, aí, que estes homens têm grande personalidade e falam ou escrevem em nome de Deus e recebem a mensagem sem presságio ou sinais, mas movidos pela

---

[6] SICRE, José Luís; Profetismo em Israel o Profeta. Os Profetas. A Mensagem, Petrópolis, Vozes 1996, p 93
[7] BIBLIA Tradução Ecumênica – TEB

inspiração. Eles têm profunda convicção de serem mensageiros da esperança, da palavra do Senhor. Por isso antecedem à sentença do mensageiro a acusação antes da ameaça, a exortação antes de promessa.

1.3 - A Práxis de Jesus

A práxis de Jesus é profética - messiânica. Ele não é só o "Logos" que se fez carne, mas, também, é vida, humanidade, carinho, amor, compaixão, gente nova, homem que considera o outro como pessoa humana. "Um eu humano igual a mim". No diálogo de Jesus com seus discípulos percebemos o quanto ele se sentia semelhante e atraído pelos valores daquela comunidade excluída. Sabia que cada indivíduo tinha suas capacidades, dons especiais que o levava para uma ação. São Paulo captou esta percepção de Cristo, quando escreve para os coríntios:

> Há diversidades de dons da graça, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministério, mas é o mesmo Senhor; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. A cada um é dado o dom de manifestar o Espírito em vista do bem de todos. A este o Espírito dá uma mensagem de sabedoria, a outro, uma de conhecimento, conforme o mesmo Espírito; a um o mesmo Espírito dá a fé, a outro o único Espírito concede dons de cura; a outro, o poder de operar milagres; a outro, de profetizar; a outro, discernir os espíritos; a outro ainda, o dom de falar línguas; enfim a outro, o dom de as interpretar. Mas tudo isso é o único e mesmo Espírito que o realiza, concedendo a cada um diversos dons pessoais, segundo a sua vontade (1Cor 12,4-11).[8]

Ora, o homem é informado e se forma. Tem suas próprias tendências, seu próprio dinamismo. Isso dá a pessoa um caráter, uma fisionomia original que explica seu comportamento. Jesus sentiu que Pedro era Pedro e como tal, tinha seu temperamento, sua história, seu caráter. E o amou, tratando-o como semelhante e original. A mesma atitude teve para com a prostituta, a samaritana, os leprosos, a sogra de Pedro, o paralítico, os cegos, o mudo, a criança, a viúva e todos aqueles que eram excluídos da sociedade. Este Jesus viveu no chão, fez história, pertenceu a uma classe social, fez experiência de

[8] BIBILIA Tradução Ecumênica - TEB

humanidade, sentiu fome e sede, teve vontade e desejo como qualquer homem ou mulher sentiu. É muito tentador para o cristão professar um Jesus que nasceu, somente para ser crucificado pelos pecados da humanidade. Esta linha de pensamento exime muitas pessoas das responsabilidades éticas e morais, políticas e sociais, educacionais e econômicas para com muitos. Isto se traduz hoje dentro do sistema político e econômico mundial. Mulher e homem são totalmente explorados. Os países ricos subjugam e destroem os países pobres. A população de miseráveis cresce dia após dia. As técnicas de produção valem mais de que a mulher e o homem. No meio de produção e consumo as pessoas são vistas como objeto. Este pensamento é uma ameaça constante as relações humanas.

Jesus foi um homem inserido na comunidade, era líder, educador, mestre, profeta, messias. Eximir o mestre dessas qualidades, é queimar sua caminhada humana, sua missão, e sua opção preferencial pelos pobres doentes e excluídos; foi humano e agia com muita coerência. Sua atitude era muito singular: aproximando-se de outras culturas; socializando os excluídos. Ele conhecia bem a realidade em que vivia. Tinha uma visão ampla das questões políticas, sociais, econômicas e religiosas. Toda a situação tensa e difícil, a dominação interna e externa, a discriminação religiosa, a lei instrumentalizada para dominar, a exploração do templo, tudo isto era conhecido por ele, era sua realidade.

A atitude de Jesus, os seus propósitos, as suas opções o levaram a uma entrega total. A resposta da elite dominante foi clara e imediata: condenação à morte. Apesar de todos esses acontecimentos, vemos na crucificação o sinal de vida. Vida que brota da morte. Morte causada pela busca de dignidade do outro. Morte que impulsiona o outro a lutar. Cruz reveladora da filiação de Deus. Mataram Jesus porque ele optou pelos pobres e marginalizados, criticou a lei que escravizava e oprimia, quando devia estar a serviço do homem. Todos tinham que conhecer a salvação de Deus, por isso criticou o templo e o modo como era dirigida a liturgia.

Os evangelistas se valem dessa pregação corajosa e incitam as comunidades a olharem para a palestina no tempo de Jesus, depois olharem para o seu presente, se projetando para o futuro. Os Evangelhos foram escritos para as comunidades que sofrem grandes problemas.

IC - SPI - Biblioteca
12133 15/10/19

A grande lição que aprendemos de Jesus e seus seguidores até o momento presente é: aquele a quem preocupa a idéia das boas relações com a comunidade torna-se centro de construção e perspectivas; aquele que com ela se abraça, como um todo do seu ser e do seu pensamento, este educa e tem piedade dos irmãos e irmãs a quem as elites puderam aprazar, na sua variedade, os desconfortos da vida.

Esse é o caminho mais seguro para se resolver os problemas de exclusão tanto no campo social, econômico, quanto no campo educacional. Dalle Nogare fala sobre Teilhard de Chardin: "O fenômeno da socialização, como se está realizando sob os nossos olhos, não é um fenômeno qualquer e acidental; é um fenômeno novo, capital, que marca uma transformação profunda, uma mudança da história da humanidade" (...).[9]

[9] NOGARE, Dalle; Pessoa e Amor Segundo Teilhar de Chardin, São Paulo, Editora Herder, 1982, p 35

1.4 - A Igreja, Justiça e Amor

> Meu Deus, confesso que fui durante muito tempo e ainda sou, infelizmente, refratário ao amor do próximo... Mas "o outro", meu Deus – não só "o pobre, o coxo, o aleijado, o idiota", mas simplesmente o "outro", apenas o "outro" – o que parece viver independente de mim no seu Universo aparentemente fechado ao meu, e quebrar para mim a unidade e o silêncio do Mundo – seria sincero se vos dissesse que a minha vontade é de o repelir? e que a simples idéia de entrar em comunicação com ele me repugna?[10]

A Igreja primitiva até o século 4 e 5 tinha um senso de justiça muito presente. Não quero dizer com isso que ela perdeu este sentido, acontece, porém, que quando ela foi institucionalizada e oficializada pelo império arrefeceu. Mas surgiram no decorrer dos anos muitos reformadores que traziam consigo os ensinamentos e ações em prol da justa causa do Evangelho, ou seja, a justiça que faz os elementos indispensáveis para o desenvolvimento do homem, seja colocado em gesto de comunhão fraterna.

> A multidão daqueles que tinham abraçado a fé tinham um só coração e uma só alma e ninguém considerava como propriedade sua algum bem seu; pelo contrário, punham tudo em comum. Um grande poder assinalava o testemunho prestado pelos apóstolos à ressurreição do Senhor Jesus, e uma grande graça operava em todos eles. Ninguém, entre eles, era indigente: com efeito, os que possuíam terrenos ou casas os vendiam, traziam o preço dos bens que haviam cedido e depositavam aos pés dos apóstolos. Cada um recebia uma parte deles, segundo suas necessidades (At 4,32-35).[11]

Percebemos claramente que além dos bens, os conhecimentos, artes, cultura, ciências eram divididos entre eles. Esse senso de partilha fez com que o amor estivesse muito presente nas relações entre eles e com todos os níveis de vida social e cultural. Assim, eles percebiam a justiça era a encarnação, a exteriorização, a visibilidade do amor que Jesus tinha ao próximo. Por isso uma vivência tão radical dos ensinamentos do Mestre

---

[10] TEILHARD de Chardin apud NOGARE, Dalle; Pessoa e Amor Segundo Teilhard de Chardin, São Paulo, Editora Herder 1982, p 52

[11] BIBLIATradução Ecumênica - TEB

Jesus Cristo. A justiça, a partilha, os ensinamentos, a inclusão dos escravos, pobres, marginalizados no seio dessa comunidade eclesial tinha caráter de direito, uma realidade dinâmica, por causa do crescimento e do progresso daqueles que se convertiam. É tanto que São Paulo critica a prática legalista que não convinha aos pagãos e prosélitos gregos convertidos ao cristianismo.

O Reino de Deus é causa de vida para a comunidade. A vida em comum é lugar de manifestação de Deus. Mas a manifestação só acontece quando a nossa atitude para com o necessitado, excluído se relaciona com o Amor Infinito e com o Mistério do Ser. Os bens materiais devem ser distribuídos para todos. A prática de justiça da Igreja é vista como abertura para novas possibilidades, novas relações, renovações políticas – sociais – econômicas. A pessoa humana não nasce com a indiferença e neutralidade em face dos problemas, em face da inclusão e exclusão, mas pode assumir essa posição partindo do princípio de como é orientada, educada religiosamente. O plano salvífico de Deus só é realizado quando passa por uma prática de ética social. O Reinado de Deus é uma experiência de partilha, de alegria, de gozo.

Não há dúvida que a Igreja, mesmo depois de institucionalizada introduziu uma transformação na maneira de agir e pensar na mente das pessoas. A conversão ao reino implica numa total mudança de nossos comportamentos, atitudes e faculdades, ou seja, uma "metanoia"

Deus nos dota de capacidades para lutarmos contra uma ética individual – princípio da filosofia sartriana que diz: *"O homem é condenado a liberdade".*[12] Este homem é modelo de um ser individualista, egoísta, infeliz. O homem é liberdade de viver e liberdade de morrer; liberdade de criar seus próprios projetos de vida. Este protótipo de homem é absurdo, inútil demais para lutar em favor de uma comunidade; eis um tipo de homem que aprende a ser indiferente aos problemas sociais, em conflito com os outros e consigo mesmo, insatisfeito e sem esperança.

---

[12] SARTRE, Jean-Paul; O Ser e o Nada: Ensaios de Ontologia Fenomenológica, 12ª ed., Petrópolis, Vozes, 2003

O homem, aí, se realiza no mundo por uma objetivação de si mesmo. Exprime-se num objeto. Fecha-se no seu mundo de conforto e se torna proprietário do outro. Pensa em criar riquezas, em gerar capital, vive da relação capital – trabalho tornando-se, assim, mercadoria, um objeto, submetendo-se a experiências absurdas.

Este tipo de homem é indispensável para uma comunidade, mas é o que a mídia preconiza como modelo padrão de contemporaneidade, de uma nova ordem econômica que atinge todos os setores da sociedade, inclusive a educação. Este comportamento tem como peculiaridade acelerar o processo de globalização, que por sua vez, dinamiza a formação dos blocos econômicos, a internacionalização dos mercados, a revolução tecnológica, gerando o empobrecimento das massas e uma crise social, política e moral.

A emergência desse padrão de capital, "excludente", se impõe como superação da vida comunitária e do modernismo, forçando as escolas romperem com antigos parâmetros que serviram de ordenamento da vida social e educacional, adotando para si, com isso, uma postura de competitividade comercial e um aprendizado de caráter efêmero, transitório, virtual.

A escola está imbricada nesse novo sistema que garante privilégio aos detentores do poder, levando ao aumento do número de escolas privadas, principalmente de 3° grau que fazem do conhecimento mercadoria que se compra no banco da escola. Esse sistema educacional induz o homem a aceitar o fenômeno da globalização e a crise social de forma passiva e sem crítica. Eis o grande mal, pois os governos das nações desenvolvidos impedem a ascensão dos países em desenvolvimento e intensificam a exclusão social e o aumento da classe proletária, representada, pelo grande número de pobres e desempregados.

2 – Caracterização do Ensino Religioso e Filosófico Inclusivo

2.1 – Natureza e Objeto do Ensino Religioso e Filosófico Inclusivo

No capítulo primeiro, vimos que o homem entra em contato com o meio que o cerca através do conhecimento, das experiências e uso dos sentidos. Vimos, outrossim, como o pensamento ético-religioso da Bíblia e da Igreja Primitiva se desenvolveu através das relações entre explorador e explorado.

Parece que os acontecimentos históricos insistem em se repetir, pois, nos dias atuais mudam apenas os instrumentos e a linguagem que são cada vez mais sofisticados. Antes a relação era entre senhor e escravos, hoje, patrão empregado, ou como queira, elite dominante e miserável explorado.

Na Igreja Primitiva havia a força dos ensinamentos de Jesus Cristo e a novidade que brotava desses ensinamentos gerava entre os seguidores a boa intenção de solucionar os problemas dos convertidos, mas para que isso acontecesse era necessário abandonar a lógica do império.

O Antigo e o Novo Testamento apresentavam um modelo de determinismo das relações humanas diferente do que era vivenciado pela estrutura imperial e religiosa.

Hoje, percebemos que a ética social e religiosa não depende só das boas intenções de alguns indivíduos. Nas relações entre os homens têm os ciclos viciosos das vantagens, dos lucros, do consumo desenfreado propagado pelos meios de comunicação social que tira proveito e explora tanto os pobres quanto, também, os ricos. É um sistema de exploração mais sofisticado e muito sutil que sustenta o lucro exorbitante das grandes empresas e do sistema de mercado dos países desenvolvidos. A lógica é tirar vantagens do outro, mesmo que para isso seja necessário usar de artifícios imorais para o homem. A situação econômica é que determina a liberdade, a fartura, a educação, o status social e religioso de alguns. Digo religioso, porque há entre os credos cristãos uma abertura muito grande para

aqueles que possuem fortunas. A situação de miséria dos muitos irmãos fica ao Deus dará. Isso, entretanto, não é novidade e se apresenta de forma determinante das relações sociais.

Olhando para os fatos concretos percebemos que no reino das relações livres entre as pessoas há um grande número de excluídos desse sistema social, religioso e educacional, o direito de ter direitos, a política.

Conseqüentemente, os desafios para um Ensino Religioso e Filosófico conectados com toda essa realidade são grandes e exige, por parte do professor, muito esforço e pesquisa para possibilitar a construção de conhecimentos acadêmicos que desenvolva uma abordagem direta do cotidiano da sala de aula e que seja exclusivamente voltada para a instrução dos alunos.

Contextualizar os conteúdos do Ensino Religioso e Filosófico aplicados em sala de aula, pode levar o aluno a observar as realidades associadas a sua próprio vida, a vida da família, a comunidade em que mora. Sendo assim, enquanto o educador está trabalhando os problemas que envolvem o processo ético, o senso religioso de justiça e o comportamento social, simultaneamente, desenvolve no aluno o senso crítico da realidade que lhe cerca.

Assim, esse critério de julgamento e do aprendizado do aluno deve estar totalmente interado com o professor. A relação de reciprocidade deve ser contínua. Pois, um dos objetivos do Ensino Religioso Filosófico é tratar do processo de relações entre aluno e professor, e inter-relações entre escola e comunidade, apresentando, como disciplinas construtivas do desenvolvimento humano, esperanças e pistas de ação para a Educação Inclusiva, levando o aluno e a comunidade escolar a buscarem uma realidade que transcende, seu fim último, o Criador.

Vimos que há na visão bíblica da criação uma verdade, uma certeza, que hoje, as ciências tem tendência a aceitar, que é a criação humana. Logo, podemos concluir que a felicidade da mulher e do homem, seu fim último é o próprio Criador.

Com isso, dizemos que a proposta do Ensino Religioso e Filosófico inclusivo, nos dias atuais, é desafiadora, mas esperançosa. Trabalhar os alunos e os próprios professores

"pelos critérios e paradigmas antropológicos e axiológicos, refletidos à luz da Filosofia e da Bíblia"[13] é promovê-los a busca da felicidade, independente do credo e sem proselitismo. À escola e ao professor cabe entender essa proposta do Ensino Religioso e Filosófico. Só admitindo que os credos nos levam a um relacionamento espiritual com o transcendente é que se pode perceber o convite feito pelo divino ao homem para pensar na sua história humana, social como experiência de busca da plenitude.

A partir desta experiência, é que alunos e professores entram em contato com o transcendente, dando-se, aí, uma afinidade maior com os sentimentos, com os sentidos. Cada uma dessas condições tem sua importância no aprendizado, sendo que a ausência de uma delas priva os discentes e docentes de uma série de informações fundamentais para uma vivência integrada. Sabendo que essas variáveis tem influência no desenvolvimento da aprendizagem.

> Segue-se de tudo isso que a escola não pode ser, simplesmente, a casa onde se vão estudar alguns fatos e algumas habilidades mecânicas previamente determinadas em programas fixos. Perde-se, por esse modo, a oportunidade de aprender o que é verdadeiramente importante para a vida do aluno. Se o que se aprende não se pode, então, determinar exclusivamente pelos programas e pelas lições, a escola tem que tomar um rumo novo. A escola tem que se transformar em um meio real, de experiências reais e de vida real. Só aí a criança poderá, sem deslocações artificiais, criar seus propósitos, pô-los em execução, aprender por meio deles e integrar os resultados de sua aprendizagem em sua própria vida.[14]

Se, de fato, não acontece isso, há sempre um déficit no processo de aprendizado do aluno. Vale ressaltar, que essa abordagem visa desenvolver a aprendizagem de todas as disciplinas pertencentes ao currículo da escola, inclusive o Ensino de Filosofia e Religioso, pois tal conhecimento, além de ser um patrimônio da humanidade, necessita estar a disposição na escola.

Ao longo do tempo o Ensino Religioso Filosófico vêm sendo trabalhado como aulas de formação humana, formação cristã, catequese como insiste em acontecer no

---

[13] JUNQUEIRA, Rogério Azevedo, FMS, O Processo de Escolarização do Ensino Religioso no Brasil,Petrópolis, Editora Vozes, 2002, p 140

[14] DEWEY, John; Vida e Educação, 5° ed., São Paulo, Edições Melhoramento, 1965.

imaginário de muitos professores devido a inexistência de um quadro docente com formação na área de Ciências Religiosas e Filosofia. O Ensino Religioso e Filosófico deve promover um espírito de solidariedade, de preocupação com as pessoas e com a realidade em que pertencemos. De certa forma, o ensino Religioso e Filosófico não pode se desligar do mundo ao qual pertence, nem se desligar da sua proposta de levar o alunado a conhecer o transcendente.

Nele podemos trabalhar todos esses pontos levando em consideração que a sua razão de ser dentro da escola fundamenta-se na concepção de uma educação que o considere como um processo global e integral dos níveis de conhecimentos, visando atingir os objetivos de facilitar e interpretar a linguagem religiosa.

> Nesta busca de identidade o objetivo do Ensino Religioso passou a ser compreendido, no ambiente escolar, como um espaço para proporcionar ao aluno as oportunas experiências, informações e reflexões ligadas à dimensão religiosa da vida, para que contribuísse em cultivar uma atitude dinâmica de abertura ao sentido radical da sua existência em comunidade, preparando o estudante a uma opção responsável do seu projeto de vida. Ou podemos dizer que seria educar o aluno a formular em profundidade os questionamentos religiosos, para que este pudesse dar sua resposta devidamente informada, responsável e engajada.[15]

Pensando assim, verificamos que a escola não deve apontar qualquer pessoa para ministrar aulas de Ensino Religioso e Filosofia. Assim como as outras disciplinas exigem formação específica dos professores, o professor do Ensino Religioso e Filosofia deve ser formado na área de Ciências Religiosas e Filosóficas, compreender o seu dever como professor, percorrer o caminho do aprofundamento da sua missão como tal.

> Quando nos deparamos com a expressão Ensino Religioso, estamos penetrando em duas áreas extremamente fecundas e significativas da vida humana: a Educação e a Religião. Partindo da premissa que afirma ser a educação uma prática normativa instauradora de valores e a religião uma possibilidade de relação com o transcendente, é essencial e urgente um pensar sobre as implicações filosóficas de um Ensino Religioso. Na religião é o infinito que se revela e o

[15] DEWEY, John; Vida e Educação, 5ª ed., São Paulo, Edições Melhoramento, 1965, p 13

> finito responde compreendendo-o e colocando-se em relação. O homem como finito tende ao infinito. Se a religião é revelação do infinito, revela a realidade do objeto, sendo portanto um valor para o homem e parte essencial da condição infinita.[16]

Com essa proposta, é simples admitir que a existência e a razão de ser do professor é reconhecer que o seu esforço no conhecer bem a disciplina é para saber e dizer o que é e não o que não é, é reconhecer que as nossas faculdades cognoscitivas são feitas para conhecer o que é a realidade. Certo é que aí se expressa, de forma abrangente, o valor do sentido da capacidade, das qualidades morais e espirituais.

[16] FERRAZ, Lara Sayão Lobato de A.; Religião se Aprende na Escola, http://www.hottopos.com/mirand16/laragp.htm, 28/07/2005.

2.2 Inclusão Implica no Desenvolvimento Social

Sabemos que o homem é essencialmente social e, ao mesmo tempo, consciente de si mesmo. Devido a esta condição sua consciência se perpetua, é transmitida de geração em geração. É pela educação que as crenças, os conhecimentos, os sinais e as práticas de uma geração são conhecidas pelas gerações futuras.

Hoje, conhecemos os modelos educacionais das grandes civilizações que era uma forma de incluir os iniciados no rol dos intelectuais, a questão maior é que essa educação era privilégio de poucos, das elites, mas deixaram uma herança valiosa.

Diversas pessoas, no decorrer do tempo, se dedicaram a prática educacional. Conhecemos o exemplo dos egípcios e gregos que atingiram um alto nível de desenvolvimento educacional, na Grécia e outras civilizações posteriores, deixaram se inspirar pelo modelo socrático. Jesus Cristo, também, foi um grande mestre que perpetuou seus ensinamentos de amor e justiça para com os marginalizados. A Cristo soma-se uma relação de discípulos que buscaram na força da palavra e por meio dos ensinamentos influenciar populações inteiras.

Educar, segundo o modelo socrático e cristão, é reconstruir valores, comportamentos éticos e morais, políticos e sociais. Neste caso, a educação pertence a comunidade e participa do seu crescimento. Não deve ser elitista, grande diferença entre os ensinamentos de Sócrates e Jesus Cristo, mas trabalhar em prol da inclusão de todos os seres humanos.

Diante do que vimos, percebemos que quando a idéia de reconstrução das atividades educacionais se torna fortes, fortes também se tornam os laços entre a comunidade e o mestre, hodiernamente, entre a comunidade e a escola, família e educadores.

Favorecer o desenvolvimento educacional é beneficiar a sociedade com tecnologia, ciências e organização política e social. A educação escolar requer a participação do educando, da família, da comunidade. A escola pertence à comunidade, participa do seu crescimento e é para ela que deve ser dirigida.

> Todo povo que atinge um certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual. (...) Só o homem, porem, consegue conservar e propagar a sua forma de existência social e espiritual por meio das forças pelas quais a criou, quer dizer, por meio da vontade consciente e da razão. (...)[17]

Esse desenvolvimento se opera por uma constante reorganização e reconstrução das idéias, das experiências que legitimamente podemos estar certos de termos atingidos, até determinado ponto, a verdade e excluído o erro. A busca da verdade se dá num processo dinâmico de pesquisa e estudo do objeto proposto. Possuir uma verdade é saber, naquele momento, o que se afirma do objeto. Portanto a educação não se processa no vácuo, independente de objeto ou condições. Critério esse, de cunho filosófico.

Contudo, a inteligência do homem é limitada e não chegamos sempre à certeza acerca de tudo que há. Por isso, a educação se desenvolve de forma proporcional ao progresso e estímulos fornecidos pelo meio social.

Percebemos esta diferença quando comparamos a educação oferecida pelos países desenvolvidos em relação aos países subdesenvolvidos. A taxa percentual de analfabetos nos países subdesenvolvidos é altíssima e a educação é de péssima qualidade.

Isso acontece porque não há interesse da elite dominante em promover um ambiente educacional de integração e de harmonização de tendências em conflitos. Levando a muitos o isolamento social e econômico. Esta é, ainda, uma realidade do nosso país. A reclamação sobre a qualidade da educação oferecida pelos órgãos públicos é muito grande. Verificamos que alguns professores são falhos na missão de despertarem

---

[17] JAEGER, Werner; Paidéia A Formação do Homem Grego, São Paulo, Martins Fontes, 2001, p 3

consciências críticas. Ora, o educador deve trazer para a escola os debates, as conseqüências nefastas de um sistema explorador e do isolamento. A escola se tornará, aí, o ambiente para formação de inteligências claras, tolerantes, compreensivas e inclusivas.

A educação deve ser sempre entendida como integradora e reconstrutora do sistema social, porque ela apresenta saídas para a superação dos problemas no âmbito econômico e político. Daí, sentirmos, hoje, que as reformas política e educacional no Brasil devem ser agilizadas com muita urgência. São inevitáveis para o crescimento do país.

Diante desses fatos surge o questionamento: Por que a inclusão implica no desenvolvimento social?

Pode parecer cansativo e estranho o fato de insistir na importância de uma educação voltada para os excluídos de natureza sócio – econômico, quando tão numerosos são os problemas que enfrentam os países em fase de desenvolvimento. Acontece, porém, que a educação é a grande responsável pela a integralização e socialização dos excluídos, isso quando é disponibilizada para todos. Verdadeira democratização e heterogenização das classes. É constrangedor verificar que a nossa educação, ainda, seja tão elitista e, por conseqüência, excludente. Malgrado os visíveis esforços de alguns pedagogos e educadores que procuram refletir sobre a possibilidade de uma reforma e inovações no ensino fundamental e médio quando que o tempo que o jovem tem principalmente nos grandes centros urbanos, é para se dedicar ao subemprego.

É necessário, pois, que as escolas abram as portas para a comunidade, que o ensino não seja ministrado de acordo com o modelo dominante, predominando a idéia de uma educação destinada a alguns privilegiados. Nas escolas públicas, os professores devem conhecer e compreender os alunos, eliminando, de uma vez por toda, o sentimento de impotência, de desorientação, de medo.

As exigências de uma escola inclusiva, em nossa sociedade, consistirão de uma evolução na maneira de pensar e de agir, estabelecendo condutas de aceitação do outro como pessoa; eliminação do mal – estar entre os professores, que apresentam dificuldades em aceitar o adolescente, sua maneira de ser e de agir. Aos professores cabe o dever de

detectar se esse mal-estar se manifesta pelo desinteresse que eles têm em exercer o magistério, à falta de outro emprego ou um outro cargo,

O adolescente precisa de estímulos para permanecer em sala de aula, precisa que lhe seja proporcionado condições para refletir sobre o todo da vida. Sem isso, só resta para ele a realização fora da escola, no mundo dos prazeres, das drogas, da marginalização.

Cabe à família e à escola fazer o adolescente descobrir uma conduta moral e autônoma. Partindo dessa descoberta, cabe a escola criar no aluno uma prática de reflexão madura que o conduza a uma ação moral e social idônea.

Dessa maneira, teremos jovens preparados para liderar a comunidade, tanto politicamente, quanto economicamente e religiosamente.

É importante que a escola conduza os jovens ao centro de suas preocupações juvenis, isto é, os problemas colocados pela vida moral, política, econômica, religiosa e social; hoje muito em debate no Brasil.

Isso deve resultar num procedimento de conduta íntegra da comunidade docente e que essa integridade não seja ofuscada com comportamentos duvidosos, predominando o contato direto entre o corpo docente e o corpo discente.

A escola inclusiva é o complemento necessário da formação e desenvolvimento social de uma comunidade juvenil madura. Dando-se isso, faz-se mister uma mudança de postura pedagógica, iniciativas que apelem para a responsabilidade de trabalhos em comum, o engajamento tanto de professores quanto de alunos nas questões escolar, comunitária e social.

2.3 Integração e Reciprocidade

A educação Inclusiva sugere elaboração de propostas educativas que respeitem a diversidade dos diferentes grupos sociais e culturais marginalizados, contribuindo para a interação e reciprocidade das relações de conhecimentos entre professor e aluno. Nesta perspectiva da diversidade cultural, a Educação Inclusiva ultrapassa a barreira do monocultura ditada pelo sistema de globalização, se abrindo para a elaboração de conteúdos dialéticos que vão de encontro para uma educação de dimensão multicultural.

Essa maneira de pensar educação modifica a integração discutida hoje, de modo particular, por alguns educadores que distinguem a perspectiva da educação inclusiva da perspectiva da educação especial. Integrar o aluno portador de deficiência no ensino regular do país não se reduz, apenas, a transmissão e assimilação de conteúdos, vai muito mais alem de uma prática educativa, pois, promove a mudança das estruturas tanto da escola, quanto do professor e estimula a construção de uma educação que desenvolva oportunidades de superação de preconceitos.

A respeito disso fala Rosita Edler:

> Sob o enfoque psicossocial, a integração representa, portanto, uma via de mão dupla, envolvendo os portadores de deficiência e a comunidade das pessoas consideradas "normais". Esta afirmativa traz implícita uma outra: todas as providências em prol da integração, na escola, não podem ser de iniciativa apenas dos educadores especializados. (...) (...) Mas aceitar o ideário da inclusão não autoriza o "bem intencionado" a mudar o que existe num passe de mágica. A escola inclusiva, isto é, a escola para todos deve estar inserida num mundo inclusivo onde as desigualdades – que são estruturais nas sociedades (Demo, 1990) – não atinjam níveis tão altos como esses com os quais temos convivido.[18]

Desse modo, a integração não deve se restringir apenas aos alunos portadores de deficiências, mas, também, aos grupos segregados existentes na sociedade. O dever da política educacional é integrar a todos, por isso, todas as escolas devem promover a

---

[18] CARVALHO, Rosita Edler; Integração e Inclusão do Que Estamos Falando? Apud BRASIL - Educação especial: Tendências atuais, Ministério da Educação, Brasília, Secretaria da Educação a Distância, 1999, p 36

inclusão e integração. Dar-se aí a mudança de comportamento social, pois todos os educandos, independente de raça, credo, posição social e opção de vida devem ser entendidos como sujeitos históricos e culturalmente contextualizados.

Trabalhando com esse enfoque, a escola inclusiva modificará radicalmente, no correr dos anos, a relação de segregação dos grupos marginalizados, visto que, a escola é, ainda, um espaço social e político capaz de promover reflexões e debates acerca do comportamento ético da sociedade elitista com relação a grande maioria marginalizada.

Infelizmente, a conscientização do alunado, de maneira geral, ainda é dificultada pela atitude de determinados grupos políticos, interessados em desviar as verbas destinadas para educação; dos meios de comunicação social, que usam de uma forma engenhosa de fazer marketing, para desenvolver na mente da população o desejo de ter, mesmo que para isso, tenha que se submeter a situações de riscos e, até mesmo, se prostituir.

Tais movimentos impedem que as pessoas, os grupos segregados acreditem numa dinâmica de aprendizado capaz de transformar a nação. A elite dominante e a mídia impõem normas, apresentando-as como necessárias, sendo que essas normas derivam de arbitrariedades.

Fazer da escola um espaço de inclusão para todos, é levar para a sociedade o penoso aprendizado de que, realmente, os excluídos e marginalizados se tornam capazes, intelectualmente, de transformar o meio em que vivem. Para aqueles que apresentam necessidades especiais, a educação inclusiva procura torná-los aptos para perceberem que a inabilidade, progressivamente pode desaparecer; leva-os ao reconhecimento dos seus limites, mas os faz reconhecer a sua importância como sujeito que pertence, e faz história, ao contexto familiar, comunitário e social.

Então, a escola inclusiva é aquela que elimina a segregação e promove a aceitação do diferente do "eu" no outro. A educação inclusiva procura, dentro dos seus parâmetros dialéticos de evolução histórica, acabar com os preconceitos, destacando o valor de uma reflexão moral dinâmica capaz de fazer com que a elite reconheça o caráter arbitrário de certos gestos assistencialistas e certas normas impostas para prejudicar a justiça social.

2.4 Perspectiva Histórica da Educação Especial Inclusiva

A educação no Brasil iniciou-se em 1549, quando aqui aportaram os jesuítas, vindo em companhia do Governador-Geral Tomé de Souza. O ensino público foi confiado aos padres e irmãos da Companhia de Jesus por 210 anos. Eles dedicaram-se, no Novo Mundo, à catequese e à instrução dos gentios. Existia, por parte deles, o desejo de proteger os nativos e de serem inseridos na comunidade, aliás, essa era uma prática de aproximação dos jesuítas usada tanto na América quanto na Ásia. E o um dos problemas que levou a ordem a supressão foi justamente essa forma de se aproximar das culturas e, a partir delas, administrarem os sacramentos, preparando os nativos para a catequese, aos mais preparados ensinando os costumes da velha cultura que mantinha o domínio e a nova língua.

Aqui, os jesuítas tentaram muitas experiências importantes de aldeamento e até iniciaram a formação de sacerdotes mestiços, na tentativa de habilitar as aldeias, a fim de proverem-nas dos seus próprios meios de evangelização. A tentativa fracassou em 1554.

Não se pode negar que a colaboração dos jesuítas para as expedições de pacificação foi muito árdua e de muito valor. Mesmo assim não conseguiram evitar o massacre dos militares contra os nativos.

Enquanto nas colônias portuguesas existia a tentativa de "civilizar" os nativos, ou seja, provê-los de novos costumes, na Europa, a Guerra dos Trinta Anos detonou uma crise de consciência religiosa e política. Os intelectuais reclamavam por tolerância religiosa. Toda produção científica e filosófica era a favor de um Estado secularizado e sem a influência da Igreja Católica que era acusada de não favorecer o desenvolvimento das ciências, estamos aqui no período da Inquisição, acusada de simonia, perdendo, com isso, toda sua credibilidade. Dentre os intelectuais da época temos Maquiavel em o "Príncipe"[19]

[19] Nicolau Maquiavel, filósofo político, muito conhecido e famosos por defender que o governante tinha que ser fraudulento e cruel para manter e obter o poder. Nasceu em Florença – Itália em 1469 e faleceu em 1527.

e Thomas Hobbes em o "Leviatã"[20] dizendo nessas teses que a felicidade das nações e a prosperidade só serão possíveis quando a influência da Igreja na política estiver minimizada.

Floresce, nesse período, o desejo por liberdade, incentivado pelo Iluminismo francês. O mal-estar invade a Europa e, como havia estudantes do Brasil, no Velho Continente, precisamente na França e Portugal, deixaram se influenciar por esse anseio, e as colônias também fizeram seus movimentos de revolução.

Quanto a Igreja, havia uma série de disputas teológicas, rixas, invejas, acusações indevidas, tanto dos monarcas católicos quanto das outras ordens religiosas contra os jesuítas. O tipo de organização que eles têm, o aburguesamento dos padres e irmãos na Ásia e na América, faz a Santa Sé suprimir a Companhia de Jesus em 1773. Das colônias portuguesas, eles foram expulsos em 1759, pelo decreto assinado por Sebastião de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal. Essa expulsão fez decair a educação no Brasil. As escolas fundadas pelos jesuítas foram entregues aos franciscanos que não tinham experiências em administrar escolas. O pensamento liberal que nascia na Europa influenciou a formação intelectual dos estudantes que vinham da Europa, principalmente o Clero que trazia idéia de revolução e independência.

Aos deficientes foi reservada a triste sina da exclusão. Na Grécia Antiga e no Império Romano eles eram abandonados para morrer, pelo fato de serem considerados maléficos, improdutivos e feiticeiros. Prolongar a vida deles era criar a difícil situação de ameaças para o rei e a comunidade.

Os gregos julgavam que as crianças portadoras de deficiência invocavam a ira dos deuses e tornavam-se, no abandono, holocaustos para purificar as faltas da comunidade.

Essa concepção de abandono e exclusão aparece na literatura bíblica judaica. As pessoas que possuíam deformidades físicas eram excluídas da comunidade. A ideologia corrente era que o homem foi criado de acordo com a própria imagem de Deus. Deus era

---

[20] Thoma Hobbes tornou-se conhecido pelas célebres frases: "Homo homini lupus" – "o homem é o lobo do homem", "Bellum omnium contra omnes" , "É a guerra de todos contra todos". Filósofo e cientista político nascido em Westport em 1588. Faleceu em 1679.

perfeito e masculino, tanto no sentido físico como no teológico. Se Deus era perfeito, o homem, deveria ser perfeito. Se não o era é porque, em outras ocasiões, havia incorrido em situação de pecado contra Deus, daí, ser desprovido da saúde corporal e relegado ao desprezo e a miséria. Justifica-se, com isso, o pouco valor da mulher na vida judaica.

A propósito, a influência do passado sobre o presente fez Jesus Cristo romper com uma trajetória da história do passado e modificar, num gesto de compaixão e justiça, a postura que o povo tinha sobre os doentes, as crianças, as mulheres. Para Jesus Cristo, Deus estava se revelando naquelas pessoas inferiorizadas e excluídas pelo sistema político e religioso. Ele inclui dentro da comunidade aqueles que eram estorvo e degeneração da raça humana.

Entre os nativos americanos há relatos históricos de que eles, também, abandonavam as crianças deficientes nas selvas. Não se sabe se existe procedência nesses relatos, porque as teorias ideológicas do Novo Mundo escritas pelos europeus sobre o Novo Mundo são rançosas e hostis e consideram os nativos como animais selvagens.

Sabemos, portanto, que a história política da Europa e principalmente da França passa por grandes transformações a partir de 1799, ano da Revolução Francesa. A França e a Europa se tornaram teatro de violenta sublevação.

O ideal de igualdade, liberdade e fraternidade exigido pelos intelectuais franceses afeta o pensamento político das colônias a ponto de, aqui no Brasil, acontecer violentos movimentos em prol da independência. Dando-se, este fato em 1822.

A nível de educação, o que se tem de informação é que a qualidade do ensino brasileiro era ruim. Mesmo depois das várias tentativas de reformas educacional que foram feitas, ainda assim, o ensino público não sofreu nenhum processo de evolução.

Ora, com extinção da Companhia de Jesus, responsável pela educação no Brasil, diga-se de antemão, destinada a um número restrito de alunos, ou seja, aqueles que eram considerados mais habilidosos, declinou muito. Aliás, esse método de escolha vem desde a Grécia Clássica. A educação, naquele período era totalmente voltada para a elite. Só os

homens livres podiam se dedicar ao estudo. Numa cidade como Atenas que tinha, na época de Sócrates, Platão e Aristóteles, 250 mil habitantes, apenas 50 mil eram livres.

Nos séculos XVII e XVIII são fundadas várias academias para atender as necessidades nas áreas de medicina, comércio, agricultura, química e outras.

Na verdade, o que era esperado pelos intelectuais brasileiros, que era a implantação de um sistema educacional convincente, não aconteceu. E mesmo depois da Proclamação da Republica a educação continuou a ter uma importância secundária para o Estado.

De modo geral, não podemos dizer que a Igreja não se esforçou, ao menos, num pequeno número, para defender os nativos. A herança que nos foi legada é muito importante. Ruim ou não muitos nativos foram salvos da barbárie dos colonos por causa dos missionários.

Ela, mesmo se firmando como grande instituição, principalmente nas colônias, chegou a conclusão que os nativos americanos tinham almas. A este ponto vale salientar que na Europa os grandes debates filosóficos e teológicos sobre a população da América diziam que esta civilização era uma forma de degeneração da humanidade; pequenos selvagens sem almas. A respeito disso, escreve Antonello Gerbi:

> Em resumo, como escreve com tristeza um recente indiófilo, "pintavam-se os índios com tais características de debilidade física e de limitação mental e moral, que mais os prejudicou o conceito que os beneficiou a medida protetora". As melhores intenções para com os indígenas terminavam por confirma-lhes a inferioridade e o avassalamento.[21]

[21] GERBI, Antonello; O Novo Mundo História de Uma Polêmica (1750-1900), São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p 74 e 75
Antonello escreve o presente, criticando Bartolome de Las Casas e outros espanhóis que na intenção de protegerem os índios, de criarem leis de proteção aos indígenas, colocavam-nos como raça inferior, incapaz de se proteger e se defender por si mesma.

Hoje, podemos avaliar essa história de sangue e terror e criticar, principalmente o pensamento teológico vigente naquela época que justificava o massacre dos nativos, a escravização dos africanos e a soberania dos colonizadores. Os europeus diziam que os novos povos eram frios, mas se conhece que eles, os colonos, eram egoístas e exploradores.

É importante notar que foi dado a alguns a oportunidade de serem inseridos no modelo educacional dos jesuítas conhecido como *Ratio Atque Instituto Studiorum*, abreviadamente, *Ratio Studiorum.*[22]

No desejo de converter os povos das Américas ao cristianismo, os jesuítas tentaram integrá-los ao processo político dos colonizadores, assim como também resgatar o que eles tinham de conhecimentos.

José de Anchieta[23] se tornou notável e o mais importante dos jesuítas que estiveram no Brasil porque aprendeu a se comunicar com os índios na língua tupi-guarani e escreveu a primeira gramática da língua mais usada na costa do Brasil que era o tupi-guarani.

Mas, como ressaltam alguns estudiosos das línguas indígenas, os dialetos eram tantos que não era possível descrevê-los e tinha-se a impressão de se estar numa Torre de Babel.

Diante de toda a problemática social, política e educacional das colônias, verificamos, com pesar, que não havia espaço para as pessoas portadoras de deficiência.

O problema da exclusão dos povos mais uma vez entra em cena e se prolonga. Quanto aos deficientes, mesmo havendo uma mudança de postura em relação a eles a partir do século XVI e mais posteriormente com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que reza no seu primeiro artigo: "Os homens nascem e permanecem livres e iguais

---

[22] A Ratio Studiorum consistia do estudo de Gramática Latina, Humanidades e Retórica para o curso de Letras. Na Filosofia estudava-se Lógica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais.

[23] José de Anchieta nasceu na ilha de Tenerife no ano de 1534 e ingressou na Companhia de Jesus em Portugal em 1551, em 1553 vem para o Brasil na comitiva de Duarte da Costa, segundo governador do Brasil. Morreu no Espírito Santo em 1597 com 63 anos de idade.

em direitos; as distinções sociais não podem ser fundadas senão sobre a utilidade comum". Ainda há uma grande dificuldade em aceitá-los como pessoas comuns.

Nos séculos XVII e XVIII há um grande esforço dos médicos e pedagogos que se mostram particularmente inclinados a dar uma interpretação diferente à leitura que era feita da história pessoal dos deficientes. Desafiaram os conceitos impostos até aquele momento e acreditaram nas possibilidades educacionais desses indivíduos. É tanto que Gilberta de Martino identifica historicamente as tentativas isoladas das Santas Casas de Misericórdias cuidarem dos órfãos, pobres e doentes. Assim ela escreve:

> Neste sentido, as Santas Casas de Misericórdias, seguindo a tradição européia transmitida por Portugal, que atendiam pobres e doentes, devem ter exercido importante papel. Surgiram no Brasil desde o século XVI em Santos (1543), Salvador (1549), Rio de Janeiro (1552), Espírito Santo (provavelmente 1554), Olinda e Ilhéus (1560), São Paulo (provavelmente 1599), Porto Seguro (também em fins do século XVI), Sergipe e Paraíba (1604), Itamaracá (1611), Belém (1619), Iguaçu (1629) e Maranhão (data incerta, primeiras referências do Padre Vieira em 1653).[24]

Essas tentativas, mesmo tímidas, foram criando força e espaço no Brasil e no século XIX fundaram o Instituto dos Meninos Cegos, atualmente, Instituto Benjamim Constant, devendo-se ao cego José Álvares de Azevedo que fora estudante no Instituto dos Jovens Cegos de Paris. No Rio de Janeiro, o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), e a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte com a finalidade de prestar atendimento aos deficientes mentais. Tinha como educadora Helena Antipoff[25] que prestou grande serviço a nação brasileira.

Apesar de Mazzotta discordar dessas idéias, pois para ele muitas instituições surgiram com a intenção de oferecer assistência médico-hospitalar e cuidados básicos, deixando a educação para segundo plano.

---

[24] JANNUZZI, Gilberta de Martino; A Educação do deficiente no Brasil dos Primórdios ao Início do século XXI, Campinas - SP, Autores Associados, 2004 , p 8

[25] Helena antipoff nasceu em Grodno na Rússia em 1892. Chega ao Brasil para lecionar Psicologia Educacional no ano de 1929. Recebeu o título de cidadã brasileira em 1951, em reconhecimento ao seu trabalho e dedicação às nossas crianças. Faleceu em Belo Horizonte em 1974.

Ainda quanto as expressões usadas para referir-se aos portadores de deficiências escreve Mazzotta:

> Uma investigação sobre estas medidas mostra que até o final do século XIX diversas expressões eram utilizadas para referir-se ao atendimento educacional aos portadores de deficiência: Pedagogia dos Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa. Algumas dessas expressões, ainda hoje, são utilizadas, a despeito de sua impropriedade.[26]

Fala isso, a despeito da discriminação usada quanto a linguagem preconceituosa empregada para tratar de assuntos sobre os deficientes e excluídos.

A sociedade dos séculos XX e XXI, apesar de preconceituosa, coloca-se numa posição mais forte de defesa de alguns grupos étnicos e da Educação Inclusiva Especial, apesar da grave crise política que se apresenta no mundo. O cenário de terror produzido pelas grandes nações cria mais exclusão e deficiência, enquanto mostra claramente que levantar a bandeira em prol dos excluídos é um serviço para poucas e corajosas pessoas.

O que percebemos é que a sociedade se deixa levar pela opinião pública ditada, na maioria das vezes, de forma mentirosa, pelos grandes meios de comunicação social. Hoje, o pânico está espalhado pelo mundo e, a sociedade se solidariza com os deficientes porque não vê neles um fator de risco. Mas faltam os outros milhares de meninos e meninas abandonadas, que vivem nas ruas dos grandes centros. Esses são discriminados porque ameaçam os ricos.

Outra condição que se mostra claro é a curiosidade mórbida. Aquilo que é diferente gera curiosidade e por isso, dar-se o medo, a ignorância.

Nos aproximamos sim, mas com maneiras assistencialistas, ou quando não, os evitamos, nas ruas, principalmente as crianças e adolescentes que, às vezes, por força das drogas, reagem agressivamente, por pura necessidade de dizer: "Eu existo".

---

[26] MAZZOTTA, Marcos J.S.; Educação Especial no Brasil História e Políticas Públicas, 5° ed., São Paulo, Cortez, 2005, p 17

São considerados delinqüentes, colocados à margem, pois o ditado usado é: lugar de infratores juvenis é a casa de correção, "FEBEN", que devido a um sistema político corrupto e falido, não corrige nada, pelo contrário, torna-os mais agressivos.

2.5 Institucionalização da Educação Inclusiva

A partir deste ponto, trabalharemos sobre a ótica de alguns documentos legais a nível nacional e internacional para dar conta de que estes influenciaram o pensamento da educação inclusiva e o comportamento de alguns estudiosos no Brasil e no mundo, que passaram a divergir sobre o sistema utilizado para atender educacionalmente os estudantes especiais. A consciência formativa de pessoas capazes de assumir o papel de educador fomenta a idéia de inclusão nas escolas.

De acordo com a História da Educação Inclusiva verificamos que o surgimento desta se deu sempre pelo trabalho desenvolvido por pessoas sensíveis aos problemas dos familiares e, mais particularmente, dos próprios portadores de deficiência.

O apoio governamental era precário e essas pessoas criaram serviços à parte, tencionando solucionar os problemas, oferecendo recursos de recuperação às pessoas incapacitadas, doentes e distantes.

A tentativa de institucionalização dar-se de forma tímida e segregacional, apesar das idéias liberais divulgadas no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Isso se perdurou até os nossos dias, dando-se hoje um alargamento no pensamento, tanto filosófico, como pedagógico, de que a Educação Inclusiva é uma conquista surpreendente.

Voltando ao século XIX verificamos que a Constituição do Brasil em 1824, ou seja, no regime imperial, garantia instrução primária e gratuita para todos. Isso acontecia porque apenas 2% da população do país era escolarizada, refletindo aí, o caráter elitista da educação e, ainda, o sistema oferecia educação para aqueles que viviam nas urbes, enquanto a população rural trabalhadora era desfavorecida.

Esta história não modificou depois que foi proclamada a República em 1889. O desleixo público pela educação permaneceu em moda, e o modelo de economia baseado na plantação de lavouras não gerava interesses por parte dos trabalhadores rurais em educar-se e educar os seus filhos.

De modo geral, só em 1961, na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61 é que preconizaram à população, que ela precisava de educação e, é nesta lei, que se garante a educação às pessoas portadoras de deficiências.

No texto do título X Art. 88 e 89 reza o seguinte:

> Art. 88. A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.
> Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.[27]

Esta lei promove uma via de expansão educacional, no Brasil, tanto na rede pública como na rede privada. São normas e diretrizes baseadas na Declaração dos Direitos Humanos proclamado pela ONU em 1948, que tinha como propósito maior, a evolução da vida social. Por isto a LDBEN era considerada, pelos educadores, uma lei de cunho humanístico, porque estabelecia um fortalecimento na formação humana do cidadão. É tanto que no Título I – Dos Fins da Educação, diz o seguinte:

> Art. 1° A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:
> a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
> b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
> d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum[28]

Observando, ainda, a

---

[27]BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61
[28] BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61

letra (a) do referido artigo, percebemos que a lei é inclusiva e que abre espaço para outros grupos. Se ela é inclusiva, é, também, solidária para com todo movimento social.

Partindo dessas considerações, lamentamos a instalação do regime militar em 1964, se perdurando até 1985, efetivando-se, assim, uma acentuada contra marcha no progresso que teve a educação em apenas quatro anos. Esvaem-se, aí, os trabalhos e vitórias dos educadores que desde 1948 vinham trabalhando para fixarem as grandes linhas das diretrizes e bases da educação nacional.

Com tudo isso, a Constituição do Brasil, de 24 de janeiro de 1967 dispõem no Título IV: Da Família, da Educação e da Cultura no Art. 175, 4° Parágrafo: "Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais". Este parágrafo foi alterado pela Emenda Constitucional n° 12/78 que narra no Artigo único:

> É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, especialmente mediante:
> I – educação especial e gratuita
> II – Assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país[29]

Com Isso, a lei de diretrizes e bases, LDB n° 5.692, de 11 de agosto de 1971, inspirada pelo regime ditatorial instalado no país e na Constituição de 1967, altera totalmente a LDBN 4.024/61. Ela reza no Art. 9°:

> Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.[30]

Nota-se que esse artigo apresenta uma abrangência maior do que seja o aluno considerado especial, mas é perceptível também que se introduz aí um modelo de segregação, que é característico nas outras leis.

---

[29] BRASIL, Congresso Nacional; Constituição da República Federativa do Brasil de 24 de Janeiro de 1967, Brasília, 1967

[30] BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases n° 5.692, de 11 de Agosto de 1971.

Quanto a isso Mazzotta escreve:

> Em tais diretrizes fica patenteado um posicionamento que atribui um sentido clínico e/ou terapêutico à educação especial, na medida em que o atendimento educacional assume o caráter preventivo/corretivo. Não há aí uma característica de educação escolar propriamente dita. Mesmo o encaminhamento dos excepcionais ao "sistema educacional" fica condicionado a um diagnóstico a ser realizado, sempre que possível, em serviços especializados da LBA/MPAS. (...)[31]

Contudo, acredita-se que a luta pelos direitos humanos, devido a democratização dos anos 50 a 64 trouxe maiores conhecimentos sobre as conseqüências da segregação dos grupos e pessoas consideradas deficientes.

Nos anos posteriores vai acontecendo o êxodo rural, a industrialização dos grandes centros, o crescimento da economia, sempre baseado pelos moldes da América do Norte, resultando no inchaço das grandes cidades e conseqüentemente na reivindicação das camadas populares por melhores condições de vida e de acesso à escola.

A insatisfação com o regime militar, devido a crueldade e perseguição aos intelectuais e aqueles que se declaravam contra o regime, as diversas manifestações que aconteciam no país, o desejo de viver em democracia levou políticos de oposição, artistas, a classe intelectual e milhões de brasileiros a participarem do movimento pelas "Diretas Já". Isso enfraqueceu o governo militar que passava por muitos problemas, principalmente de ordem econômica e política, chegando, no ano de 1984 ao fim da ditadura militar instalada por 20 anos.

Com a democracia em alta, já no ano de 1988 é aprovada uma nova constituição para o Brasil, constituição esta que apagou os rastros nocivos da ditadura militar e estabeleceu como fundamento do nosso país os direitos e a dignidade da pessoa humana.

---

[31] MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas, 5ª ed., São Paulo, Cortez, 2005

Quanto a questão educacional das pessoas portadoras de deficiência, essa constituição registra no seu texto, pela primeira vez na história da educação especial, uma diretriz específica, garantindo o atendimento especializado dos portadores de deficiência na rede regular de ensino.

Considerando o exposto,

> O nosso atual texto constitucional (1988) igualmente consagra, no Art. 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.
> No Art. 206 podemos destacar princípios eminentemente democrático, cujo sentido é nortear a educação, tais como: a igualdade de condições não só para o acesso mas, também, para a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento; (...) a existência de ensino público gratuito e a gestão democrática do ensino público.[32]

Mazzotta acredita que o fator que assume destaque na constituição é o caráter descentralizador, incubindo os municípios de poderes para assumirem a educação.

Como conseqüência, essa descentralização defende a necessidade dos educandos, principalmente dos grupos segregados, de fazerem parte da comunidade escolar e serem introduzidos na sociedade, de modo a auxiliá-los a adquirirem condições de vida mais propícia, com os mesmos direitos que os indivíduos normais.

> De há muito, numerosos Municípios têm-se responsabilizado pelo oferecimento de ensino pré-escolar, mantendo, para tanto, rede de ensino própria. Diversos são aqueles que mantêm, também, ensino fundamental contando com serviços e auxílios especiais de educação. Entretanto, a partir da Constituição Federal de 1988 e das Constituições Estaduais de 1989, tal responsabilidade tem sido mais largamente assumida e cumprida pelos Municípios. (...)[33]

Percebe-se, sem dúvida, um grande passo na educação brasileira, ainda que exista muito a fazer pela melhoria do ensino público e privado. A constituição, em si, abriu

---

[32] GOFFREDO,Vera Lúcia Flor Sénéchal; Educação: Direitos de Todo Brasileiro, apud, BRASIL - Educação Especial: Tendências Atuais, Ministério da Educação, Brasília, Secretaria de Educação a Distância, 1999.

[33] JANNUZZI, Gilberta de Martino; A Educação do Deficiente no Brasil dos Primórdios ao Início do Século XXI, Campinas – SP, Autores Associados, 2004, p. 186

espaços, mas os problemas serão solucionados pela comunidade docente e discente das escolas e pelas famílias.

Sabedores que vivemos numa cultura que propõe modelos de conduta totalmente individualista, molda a atitude da pessoa em face dela mesma, fazendo com que as diferenças, que são reconhecidas como oportunidade de crescimento e aprendizagem, sejam relegados ao indiferentismo, devemos realmente modificar essa postura e trabalhar pelo coletivo, defendendo o que conquistamos.

As políticas públicas inspiradas na Constituição do Brasil de 1988; os problemas colocados pelas autoridades mundiais envolvendo as crianças e os adolescentes, levando a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 que se propôs em proteger à criança e o adolescente, que são vítimas da violência na família e na sociedade, que são prostituídas e usadas pelos adultos; a experiência, nascida sob muitos aspectos, da vivência dos educadores nas salas de aulas, levou a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa lei legisla sobre a educação nacional, fazendo com que a criança e o adolescente, assim como também os adultos que estão nas salas de aulas passassem a ser, sob um novo enfoque, objeto de legislação. Isso implica num questionamento e aprofundamento do comportamento social e político frente a educação e leva a sociedade a discutir novas propostas educacionais que consistam numa história dialeticamente ligada a vida da comunidade.

Ora, essa tomada de consciência está explicitamente empregada no Capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases: Da Educação Especial Art. 58 – 60.

Sem dúvida, mesmo parecendo contraditório diante do contexto atual de exclusão social, tanto no Brasil quanto no mundo, desde a década de 90 que vivemos, ao menos teoricamente e por força de leis, mudanças importantes nas políticas de atendimento educacional. É lamentável o fato da grande maioria da população não conhecer as leis que regem o país. Floresceu, com muita ênfase, documentos em defesa de uma educação especializada e da inclusão das pessoas deficientes no espaço da escola e do mundo do trabalho, pois elas são consideradas produtivas e útil para a sociedade capitalista. Aqui foram criadas leis, decretos, portarias, resoluções, pareceres, ou seja, um calhamaço de

documentos includentes. A nível internacional não se descreve o número, mas, os mais importantes e por ordem de datas são: a Carta para o Terceiro Milênio e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, resoluções aprovadas pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1975, que prometem garantias de direitos a todas as pessoas portadoras de deficiência; a Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 1983 que tem por finalidade a reabilitação profissional das pessoas deficientes; a Declaração de Salamanca, sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO em julho de 1994. Este documento reafirma a preocupação da UNESCO, UNICEF, UNDP e Banco Mundial em promover políticas educacionais para todos; a Convenção da Guatemala, aprovada pelo Conselho Permanente na sessão de 26 de maio de 1999, que se dispõe a eliminar todas as formas de preconceitos e discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência; a Declaração Internacional de Montreal Sobre Inclusão, aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional "Sociedade Inclusiva", realizada em Montreal, Quebec, Canadá.

O impressionante número de documentos produzidos no mundo, onde os mais importantes estão contidos neste capítulo, o esforço de educadores que vivem no dia-a-dia a experiência de conviver diretamente com pessoas deficientes e excluídas da sociedade, promovendo o diálogo constante de estímulo e participação no estudo, dando-lhes possibilidades concretas para o desenvolvimento intelectual e o progressivo desaparecimento do medo de se mostrarem para o mundo, levem os professores do ensino de Filosofia e religioso e, também de outras matérias, assim como os políticos e todo o seguimento social a levantarem a bandeira em defesa dessas pessoas fragilizadas por um sistema individualista e cruel.

3 – A Educação Inclusiva no Estado do Ceará e no Município de Fortaleza

Considerando que a educação no Estado do Ceará e no Município de Fortaleza alinha-se de acordo com as orientações emitidas pela Constituição Federal e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, verificamos que a educação inclusiva é um tema em debate nos meios de comunicação social, nos congressos e encontros de formação e reciclagem de professores e profissionais da área de educação. As políticas públicas estadual e municipal apresentam propostas claras, no que diz respeito as leis, planos educacionais e diretrizes.

As perspectivas históricas da educação no Estado e no Município, em termos de leis e políticas, permite que se demonstre uma fomentação de reformas educacionais inclusivas, vontade de fazer valer essas reformas e algumas conquistas, mesmo que pequenas, de direitos, garantia e identificação dos deficientes como cidadãos de bem.

Há avanço no diálogo, pois é um fenômeno que acontece nos grandes centros do país. Há perspectivas de mudanças e leis que devem ser aplicadas no dia-a-dia da escola e dos professores que devem se adaptar aos portadores de deficiências, eliminando os preconceitos e barreiras existentes para que a educação inclusiva se torne eficiente. É necessário investimento na estrutura da escola, da forma como muitas se apresentam, hoje, não é possível trabalhar a inclusão. Também, é preciso preparar os professores, que por falta de conhecimento, impedem o avanço de um processo inclusivo legal e criterioso.

A nível histórico, a Constituição de Estado do Ceará de 1989 já amparava em forma de lei a educação voltada para portadores de deficientes, indígenas, superdotados e outros. Diz o Capítulo II, Art 215:

> A educação, baseada nos princípios democráticos, na liberdade de expressão, na sociedade livre e participativa, no respeito aos direitos humanos, é um dos agentes do

> desenvolvimento, visando à plena realização da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (...)[34]

E no Art 299:

"Fica assegurada às pessoas portadoras de deficiências, educação em todos os graus escolares, quer em classes comuns, quer em classes especiais, quando se fizer necessário"[35]

Neste caso, os direitos individuais e coletivos, garantidos pela Constituição Estadual, levam-nos, como partícipes da sociedade, assim como também, os nossos representantes políticos e de todos os seguimentos sociais, a obrigatoriedade de fazer valer tais direitos, requerendo ações eficazes, principalmente na capacitação de recursos humanos, assegurando que os currículos de formação de professores estejam voltados para o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais.

A importância da capacitação de professores voltada para uma visão inclusiva dá-se, justamente, porque esse profissional, com sua experiência formativa, auxiliará nas resoluções de problemas e num diagnóstico precoce de comportamentos que implique numa maior atenção do corpo docente para o desenvolvimento da aprendizagem.

Quando se fala da educação propriamente especial e inclusiva, e da discussão que se faz desta, observa-se, nos documentos estadual e municipal, uma certa tendência de incluir na educação comum, apenas alunos com necessidades especiais. A consolidação das normas do Conselho de Educação do Ceará reza no Título VIII, Da Educação Especial, Cap I Dos objetivos, Art. 126, 127 e 128:

> Art 126 – A Educação Especial, fundamentada nas diferenças individuais, visa à educação do excepcional, ajustando-o ao sistema geral de ensino para sua integração na comunidade.

---

[34] CEARÁ, Assembléia Legislativa; Constituição do Estado do Ceará 1989, Atualizada até a emenda constitucional nº 56 de 07 de Janeiro de 2004.
[35] CEARÁ, Assembléia Legislativa; Constituição do Estado do Ceará 1989, Atualizada até a emenda constitucional nº 56 de 07 de Janeiro de 2004

> Art 127 – São considerados excepcionais o superdotado e o portador de deficiências física, mental, auditiva, visual, múltipla e de problemas de conduta e os que demonstrem, pelo seu comportamento, inadaptação ao currículo da classe comum.
> Art 128 – A identificação da deficiência de que trata o artigo anterior deverá ser feita o mais cedo possível, sendo indispensável que a escola desenvolva procedimentos para detectar o excepcional mesmo antes do ensino fundamental.[36]

Numa interpretação mais criteriosa sobre a inclusão, pode-se observar, como nos demais Estados do Brasil, divergência sobre o melhor modo de incluir esse alunado.

O artigo 128 atribui ao professor a tarefa de identificar o grau de deficiência do aluno, daí a necessidade de planejar, implementar e avaliar, quanto ao ambiente de sala de aula, programas para diferentes alunos no ambiente educacional.

Falando ainda da consolidação das normas do Conselho de Educação do Ceará, no Capítulo II Da Estratégia está escrito:

> Art 129 – A Educação Especial far-se-á, sempre que possível, no sistema regular de ensino, ou supletivo.
> § 1° - Conforme o grau de sua excepcionalidade, baseado em diagnóstico seguro, o aluno será encaminhado para a escola regular, onde terá tratamento adequado, ou para instituição especializada.
> § 2° - O tratamento adequado previsto no parágrafo anterior far-se-á
> a) em classe comum, com orientação de especialista;
> b) em classe comum e sala apropriada, com professor especializado.[37]

O programa estadual da educação inclusiva elaborado a partir dessas orientações alimenta, dentro do nosso contexto histórico, discussões em defesa de uma inclusão, não só de alunos portadores de deficiências, mas de todos os alunos que precisem de uma educação de qualidade. Como diz Sofia Lerche: "(...) Somente a consciência do passado,

---

[36] CEARÁ, Conselho de Educação do Ceará; Consolidação das Normas do Conselho de Educação do Ceará Para o Sistema de Ensino do Ceará, Secretaria da Educação do Ceará, Resolução N° 333/94
[37] CEARÁ, Conselho de Educação do Ceará; Consolidação das Normas do Conselho de Educação do Ceará para o Sistema de Ensino do Ceará, Secretaria da Educação do Ceará, Resolução n° 333/94

iluminado pelo conhecimento do presente pode ajudar a construir um melhor futuro. Os dilemas da educação cearense de ontem e de hoje nos impulsionam a caminhar nesta direção".[38]

Noutra parte, quando fala da dinâmica da educação nacional e os reflexos na educação estadual ela escreve: "O local, nas suas peculiaridades que o caracterizam, tende a refletir o nacional, imprimindo-lhe cores e significados próprios".[39]

Mas, o importante é que a qualidade e a dinâmica da educação estadual e municipal seja cotidianamente revista. Nesse sentido, a educação encontra-se associada à reflexão feita a nível nacional e a cada período histórico. Daí, dizermos que a melhoria da qualidade educacional, em certo momento, tem como significado a expansão de um debate de proporção nacional. A troca de experiência, o empenho de se estabelecer metas objetivando a inclusão dos diversos grupos na escola, são necessários para garantir a escolarização das pessoas marginalizadas. A busca de conhecimento e o ingresso na escola deve ser acessível a todos. A colaboração e a cooperação devem partir da família, da comunidade e da escola. A aprendizagem dar-se-á de forma interativa, participativa e criativa. Um trabalho que possibilite a valorização do aprendizado e a auto-estima do aluno é de fundamental importância para a comunidade escolar. Cada professor, com sua experiência, deve auxiliar os discentes a resolverem os problemas mais sérios de aprendizagem. O professor tem que compartilhar suas habilidades, suas dificuldades, pois, cabe a comunidade docente resolver problemas e questões dos alunos, sem que seja necessário partir para decisões drásticas e que desmorona todo o processo de inclusão da escola. Posturas individualistas só prejudicam o andamento do trabalho. A formação acadêmica dos profissionais da educação deve incentivá-los a trabalhar em parceria, contribuindo para o bom desempenho do aluno em sala de aula, na escola e na sociedade.

Atualmente, devemos considerar que a necessidade de um aprofundamento maior sobre a educação inclusiva se faz urgentemente necessário nos cursos de licenciaturas, pois o sucesso escolar da criança, do adolescente, dos jovens e adultos parte, e muito, do

---

[38] VIEIRA, Sofia Lerche; História da Educação no Ceará: Sobre Promessas Fatos e Feitos, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2002, p XI

[39] VIEIRA, Sofia Lerche; História da Educação no Ceará: Sobre Promessas Fatos e Feitos, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2002, P XV

desempenho e da valorização da formação do professor. Por outro lado o insucesso acadêmico deste profissional pode acarretar em prejuízos para o aluno, para a escola e para a comunidade.

Quanto a isso está escrito nas Diretrizes Para Educação Básica 2005 do Estado do Ceará:

> O Programa de Modernização e Melhoria da Educação Básica, desenvolvido em parceria com a Fundação Brava e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), é constituído por um conjunto de ações que tem como objetivos:
> a) Integrar alunos, pais, professores, funcionários e especialistas para a definição de metas anuais e para a elaboração de planos de ação em duas vertentes (Pedagógicas, Gestão e Qualidade dos Serviços Educacionais), a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP), do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e do Regimento Escolar(RE), visando melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem de cada escola, manutenção e conservação de seu patrimônio, bem como a otimização de seus recursos.
> b) Elevar a qualidade dos indicadores educacionais do estado tendo como referência o Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará. [40]

Outro documento, a Resolução 394/2004 que fixa normas para a educação de alunos com necessidades especiais, bem como a formação destes para atender as necessidades sociais diz:

> Art 12 – Os sistemas de ensino proporcionarão ao aluno com necessidades educacionais especiais atendimento que satisfaça as condições requeridas por suas características, visando ao seu desenvolvimento global e integração à sociedade e ao mercado de trabalho.
> Art 13 – A escola deverá acolher os alunos, quaisquer que sejam suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas, devendo o atendimento ser feito em classes comuns, em todos os níveis e modalidades de ensino, respeitadas as exigências pedagógicas recomendadas.[41]

---

[40] CEARÁ, Secretaria da Educação Básica; Diretrizes Para Educação Básica 2005, Fortaleza, Gráfica Editora Nacional, 2004

[41] CEARÁ, Conselho de Educação do Ceará; RESOLUÇÃO CEC N° 394/2004, http://www.cec.ce.gov.br, Fortaleza, 25/10/2005

O estudante que apresenta necessidades especiais está bem amparado, em nível de leis, que no Estado do Ceará pode ser considerado satisfatório para um trabalho inclusivo nas escolas.

O mesmo pode se dizer do Município de Fortaleza em conjunto com as leis estaduais e com parcerias entre professores da educação comum e outros profissionais da área de saúde para favorecer o rendimento e a inclusão na escola.

O ensino colaborativo torna capaz a partilha de experiências e habilidades dos profissionais envolvidos no trabalho educacional, participando do sucesso do aluno, usando, assim, da condição de poder oferecer um desenvolvimento da capacidade do aluno.

Sabemos que para se chegar a uma parceria construtiva é preciso muita troca de idéias, estudo em conjunto dos problemas observados, incorporando, aí, alguns conflitos que vão surgindo, para se construir uma relação de confiança, respeitando a equidade e o profissionalismo de cada indivíduo envolvido neste processo. Quando isso acontece há, realmente, o desenvolvimento educacional.

Como a Educação Inclusiva no Município de Fortaleza acontece de acordo com as Leis e Diretrizes da Educação Federal e Estadual é meritório lembrar o que diz o Artigo 15 da Resolução 394/2004:

"Art 15 – Os alunos incluídos, quando necessário, receberão atendimento especializado – Fonaudiologia, psicologia, psicomotricidade, Terapia Ocupacional e outros – em caráter transitorio ou permanente". [42]

Esta resolução faz valer, na escola, um atendimento de reabilitação constante dos alunos, inserindo-os dentro de um contexto educacional comum e de qualidade. É perceptível o avanço significante nas leis, resoluções e diretrizes. Cabe a população tomar conhecimento desse conjunto de leis e fazer com que as escolas acompanhem o ritmo de

---

[42] CEARÁ, Conselho de Educação do Ceará; RESOLUÇÃO CEC Nº 394/2004, http://www.cec.ce.gov.br , Fortaleza, 25/10/2005

evolução legislativa. Na medida que são realizados estudos, pesquisas e empenho da comunidade escolar e dos profissionais da educação, há uma melhor compreensão e desenvolvimento das leis, sua linguagem e melhoria das condições de ensino.

Assim, as escolas mudam suas práticas educacionais, afim de atender aos alunos especiais, reformulando os conteúdos que serão aplicados, pois esse alunado requer não só o acesso a uma escola comum, com um professor comum. Ele deseja um desempenho escolar satisfatório, seguro e participativo.

> A escola deve estar organizada com políticas educacionais que contemplem a atualização interdisciplinar, rompendo com a exclusão, com a fragmentação dos saberes e com a lógica do especialismo que conduzia as práticas do encaminhamento. Esta concepção, muitas vezes dissociada, desresponsabilizava a escola pela aprendizagem do aluno e delegava a saúde a tarefa de indicar as modalidades de atendimento".[43]

De modo geral, a avaliação do desempenho das políticas públicas do processo inclusivo é boa. Desde de 2003 há um esforço contínuo, no Brasil, no Ceará e em Fortaleza para integrar o aluno portador de deficiência dentro de uma programação ensino-aprendizagem que possa levá-lo a uma melhoria na convivência comunitária.

É visível, também, o esforço da Secretaria de Educação Inclusiva do Município de Fortaleza em ampliar o atendimento escolar a todos que, assim, desejam freqüentar uma sala de aula.

A Secretaria de Educação Inclusiva, junto com uma equipe técnica de apoio, trabalham arduamente para mapear alunos ditos anormais, assim como, verificar as escolas que são capazes de oferecer um ensino qualitativo.

Existem falhas, é bem verdade, pois o processo de ensino inclusivo exige um bom preparo e desempenho dos profissionais, além de capacidade de observação possibilitando, com isso, detectar os conflitos estabelecidos nas turmas, afim de que possam ser superados.

---

[43] BRASIL, Ministério da Educação; Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, vol 2, O Município, Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2004

Essa verificação deve ter como referência as metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação que, segundo o MEC, se constitui no instrumento norteador da política educacional do município e de sua relação com as políticas estaduais e nacionais, pois, através dele, o município terá um diagnóstico da sua realidade, necessidades a serem trabalhadas e soluções que deverão ser tomadas para evitar os fracassos e possíveis conflitos.

Detectados os problemas educacionais, os profissionais envolvidos na educação devem utilizá-los como referenciais para os possíveis ajustes nas ações pedagógicas, tendo como objetivo, um melhor desempenho do aluno.

No entanto, considerando que o Plano Municipal de Educação é um indicador relevante para verificar o andamento da educação inclusiva, evidencia-se a necessidade de se realizar uma análise crítica das informações coletadas, de modo que possam contribuir para o esclarecimento. A inclusão educacional está ocorrendo, de forma a estimular o município a cumprir com sua tarefa de desenvolver a formação de cidadãos compromissados com a construção de uma realidade social sem segregação e marginalização.

Com essa constatação a educação municipal pode superar as dificuldades, que são muitas, principalmente na formação de professores e na qualidade das ofertas de matrículas.

Segundo o senso escolar, existem, hoje, matriculados nas escolas da rede municipal de Fortaleza, 1277 alunos ditos especiais. Sabemos, no entanto, que esses números não são precisos, mas, via de regra, são utilizados para demonstrar que há um percentual de pessoas portadoras de deficiências que carecem de cuidados educacionais.

> O plano de matrícula dos alunos com NEE nas escolas regulares segue as diretrizes da Secretaria Nacional de Educação Básica (Seneb) do Ministério da Educação (MEC), na qual alunos portadores de necessidades, sejam elas

> vinculadas ou não a uma deficiência específica, são incentivados a freqüentar as salas de aula comum.
> A matrícula para alunos com NEE ocorrerá antes do demais para que possam ser identificadas e diminuídas as barreiras que dificultam a aprendizagem desses alunos, oferecendo o suporte educacional necessário. Além disso, é importante para que a escola se organize de acordo com as diretrizes para a matrícula, que prevê, no máximo, dois alunos com a mesma necessidade especial por turma de 25 alunos, de modo a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem.[44]

Ora, todo planejamento educacional do município requer que sejam coletados dados que possibilitem o conhecimento da realidade educacional, devendo incluir, entre outros, o levantamento de informações sobre quem está na escola e o que precisa para incluir os que estão fora desta e os motivos que justificam essa situação.

[44] FORTALEZA, Prefeitura Municipal de Fortaleza; Edital de Matriculo dos Alunos com Necessidades Especiais nas Escolas Regulares, http://www.fortaleza.ce.gov.br, 24/10/2005

CONCLUSÃO

É necessário considerar, no processo das abordagens educacionais, que cada época se coloca como desafio. Tais desafios nos convocam para uma preparação mais adequada afim de que possamos discutir com maior segurança as técnicas pedagógicas usadas a nível Federal, Estadual e Municipal, dentro do seu tempo e história. Estamos vivendo num tempo desafiador. Tempo este que pode nos levar a um amadurecimento da nossa forma de pensar educação, sobretudo, a proposta de uma educação inclusiva, livre de preconceitos.

Diante de toda gama de discussões que se nos apresenta acerca da inclusão educacional, evidencia-se que os professores são preponderantes na construção de uma escola inclusiva, democrática e plural.

Deste modo, constatamos que muita coisa deve ser feita: acabar com o uso da escola como instrumento de elitização e exclusão do saber, infelizmente, muito presente em nosso meio; a implementação de políticas claras que sustentem e apóie a formação de alunos e dos professores. Assim, é necessário direcionar o foco de formação dos cursos de licenciatura plena para uma educação de qualidade e inclusiva.

Tendo em vista as dificuldades que nos apresentam esses novos tempos, é fundamental que as reflexões sejam realizadas num esforço coletivo, não só dos agentes envolvidos na educação, mas como deseja o Ministério da Educação, outros setores existentes na própria comunidade, tais como: Programa de Saúde da Família, Programa de Agentes Comunitários, Núcleo de Apoio à Família, Rede Hospitalar, Pastoral da Criança e da Juventude, Associação de Moradores e outros.

Esses profissionais e os responsáveis pelas instituições sociais, políticas e religiosas têm o dever de deflagrar as discussões e implantar medidas que visem o desenvolvimento de um processo educacional inclusivo que imprima uma perspectiva dinâmica e satisfatória.

Quanto a formação do Professor do, que desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, lei que institucionalizou as políticas educacionais

gestadas e implantadas pelo MEC, instituindo, ainda, as bases para definição de políticas educacionais, vem sendo objeto de estudo e reflexão, principalmente através dos fóruns realizados em todo país, destacando o caráter sócio-histórico-religiosos, passa por um processo de mudança na sua grade curricular para melhor atender o alunado e as exigências dos tempos atuais. Tais fóruns determinam um aumento das reformulações curriculares no âmbito da formação de professores. Ora, as Faculdades de Filosofia e de Ciências Religiosas vem discutindo alternativas para construir uma concepção sócio-histórica-religiosa livre de proselitismo e conteúdos tecnicistas.

Bom será, também, que, em meio a essas discussões, surja a necessidade de trabalhar o Ensino Religioso e Filosófico voltado para a inclusão. E que as Faculdades de Filosofia e de Ciências Religiosas coloquem nos seus currículos disciplinas que sejam unidas a essa realidade e conectada com o contexto atual. O Ensino de Filosofia e Religioso não deve ficar de fora dessa trajetória de construção do conhecimento, afinal, o dever de todo professor é incluir, congregar aqueles que são marginalizados, formando-os cidadãos autônomos, críticos e solidários.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola; **Dicionário de Filosofia,** São Paulo, Martins Fontes, 1998

ARNALDICH, Luis; **A Origem do Mundo e do Homem,** Lisboa, Editorial Áster, 1958

BACH, J. Marcos; **Consciência e Identidade Moral,** Petrópolis, Vozes, 1985

BÍBLIA de Jerusalém, Tradução em Língua Portuguesa; São Paulo, Paulus,2002

BÍBLIA Tradução Ecumênica - TEB, Tradução em Língua Portuguesa, São Paulo, Edições Loyola, 1994

BOFF, Leonardo; **A Trindade e a Sociedade,** Petrópolis, Vozes, 1987

BRAGA, Leonilda d'Anniballe; **A Persuasão e a Compreensão,** Rio de Janeiro Edições Cepa, 1973

BRANT, Celso; **Teologia da Libertação Versus Teologia da Submissão,** Rio de Janeiro, Mobilização Nacional, 1985

BRASIL, Ministério da Educação; **Educação Especial: Tendências Atuais,** Brasília, 1999

BRASIL, MEC/SEIF/SEMTEC/SEED/SEESP; **Ética e Cidadania Construindo Valores na Escola e na Sociedade,** Modulo 4, Inclusão Social, Brasília, 2004

BRASIL, Ministério da Educação; **Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade,** Vol 1 A Fundamentação Filosófica, Vol 2 O Município, Vol 3 A Escola, Vol 4 A Família, Brasília, 2003

BRASIL, Ministério da Educação; Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica, Brasília, 2003

BRASIL, Congresso Nacional; **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024**, Diário Oficial da União, 21 de dezembro de 1961

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692,** Diário Oficial da União, 12 de agosto de 1971

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394,** Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1996

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil,** Promulgada em 05 de outubro de 1988, 25ª ed, São Paulo, Saraiva, 2000

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil,** Promulgada em 24 de janeiro de 1967, São Paulo, Saraiva, 2000

CARVALHO, Rosita Edler; **Temas em Educação Especial**, 2ª ed., Rio de Janeiro, WVA, 2000

CARVALHO, Rosita Edler; **Educação Inclusiva Com os Pingos nos "Is"**, Porto Alegre, Mediação, 2004

CARVALHO,Rosita Edler; **Integração e Inclusão do que Estamos Falando?**, apud Educação Especial: Tendências Atuais, Ministério da Educação, Brasília, Secretaria da Educação a Distância, 1999

CEARÁ, Conselho de Educação do Ceará; **Resolução nº 394/2004,** http://www.cec.ce.gov.br, Fortaleza, 25/10/2005

CEARÁ, Conselho de Educação do Ceará; **Consolidação das Normas do Conselho de Educação do Ceará Para o Sistema de Ensino do Ceará, Resolução nº 333/94,** Fortaleza 1994

CEARÁ, Secretaria da Educação Básica; **Diretrizes Para a Educação Básica 2005,** Fortaleza, Editora Nacional, 2004

CEARÁ, CEDCA/CE; **Estatuto da Criança e do Adolescente LEI FEDERAL Nº 8.069,** 13 de julho de 1990, Fortaleza, 2003

CEARÁ, Assembléia Legislativa; **Constituição do Estado do Ceará 1989,** Atualizada até a Emenda Constitucional nº 56 de 07 de Janeiro de 2004, Fortaleza, 2004

COMBLIN, José; **O Espírito Santo e a Libertação,** Petrópolis, Vozes, 1987

DEWEY, John; **Vida e Educação,** 5º ed., São Paulo, Edições Melhoramento, 1965

ENRIQUEZ, Tomás; **Promoção Humana o Homem Todo e Todos os Homens,** São Paulo, Loyola, 1970

FABRO, Nando; **A Redescoberta do Homem: do Mito à Antropologia Crítica,** Petrópolis, Vozes, 1970

FERRAZ, Lara Sayão Lobato de A.; **Religião se Aprende na Escola,** http://www.hottopos.com./murand16/laragp.htm, 28/07/2005

FERREIRA, Júlio Romero; **A Exclusão da Diferença: A Educação do Portador de Deficiência,** Piracicaba, Unimep, 1993

FONSECA, Vitor da; **Educação Especial,** 3 ed., Porto Alegre, Artes Médicas, 1991

FONTANA, David; **Psicologia Para Professores,** São Paulo, Loyola, 1998

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de Fortaleza; **Edital de Matrículas dos Alunos com Necessidades Especiais nas Escolas Regular,** http://www.fortaleza.ce.gov.br, Fortaleza 24/10/2005

FREIRE, Paulo; **Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários à Prática Educativa,** 5ª ed, São Paulo, Paz e Terra, 1997

GALLATIN, Judith; **Adolescência e Individualidade,** São Paulo, Harper e Row do Brasil Ltda, 1978

GERBI, Antonello; **O Novo Mundo História de Uma Polêmica (1750 - 1900),** São Paulo, Companhia das Letras, 1996

GLAT, Rosana; **Pesquisa em Educação Especial na Pós-graduação,** Vol III, Rio de Janeiro, Viveiro de Castro Editora Ltda, 1998

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal; **Educação: Direitos de Todo Brasileiro,** apud, - BRASIL – Educação Especial: Tendências Atuais, Ministério da Educação, Brasília, Secretaria de Educação a Distância, 1999

HENRY, A. M.; **Initiation Theologique,** 10ª edition, Paris, Latour Manbour, 1956

HERKENHOFF, João Batista; **Cursos de Direitos Humanos,** Vol. 1, São Paulo, Editora Acadêmica, 1994

JAEGER, Werner; **Paidéia A Formação do Homem Grego,** São Paulo, Martins Fontes, 2001

JANNUZZI, Gilberta Martino; **A Educação do Deficiente no Brasil dos Primórdios ao Início do Século XXI,** Campinas – SP, Autores Associados, 2004

JAPIASSÚ, Hilton; **Dicionário Básico de Filosofia,** 3ª ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1999

JEREMIAS, Joaquim; **Jerusalém no Tempo de Jesus,** São Paulo, Paulinas, 1993

JUNQUEIRA, Rogério Azevedo, FMS; **O Processo de Escolarização do Ensino Religioso no Brasil,** Petrópolis, Vozes, 2002

LAFON, Jean-Claude; **A Deficiência Auditiva na Criança,** São Paulo, Editora Manole Ltda, 1989

LIBANIO, João Batista; **Crer num Mundo de Muitas Crenças e Pouca Libertação,** Valência, Oficinas da Gráfica Vilmar, 2001

LOHFINK, Norbert; **Profetas Ontem e Hoje,** São Paulo, Paulinas, 1979

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; **A Integração de Pessoas com Deficiência,** São Paulo, Editora Senac, 1997

MATERA, Frank J.; **Ética do Novo Testamento os Legados de Jesus e de Paulo,** São Paulo, Paulus, 1999

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; **Fundamentos de Educação Especial,** São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1982

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; **Educação Escolar: Comum ou Especial?,** São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1986

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas,** 5ª ed., São Paulo, Cortez, 2005

NEUMANN, Erich; **História da Origem da Consciência,** 10° ed., São Paulo, Cultrix, 1995

NOGARE, Pedro Dalle; **Pessoa e Amor Segundo Teilhar de Chardin,** São Paulo, Herder, 1970

NOGARE, Pedro Dalle; **Humanismo e Anti-humanismo,** 7° ed., Petrópolis, Vozes, 1982

NOLAN, Albert; **Jesus Antes do Cristianismo,** São Paulo, Paulinas, 1968

NOVELLO, Fernanda Parolari; **Psicologia da Adolescência Despertar para a Vida,** 6ª ed., São Paulo, Paulinas, 2004

OLIVEIRA, Manfredo Araújo; **Desafios Éticos da Globalização,** São Paulo, Paulinas, 2001

PESESCHKIAN, Nossrat; **Viver com Sentido: Uma Psicologia de Pequenos Passos,** Petrópolis, Vozes, 2003

SARTRE, Jean-Paul; **O Ser e o Nada: Ensaios de Ontologia Fenomenológica,** 12° ed., Petrópolis, Vozes, 2003

SICRE, José Luis; **Profetismo em Israel o Profeta, Os Profetas, A Mensagem,** Petrópolis, Vozes, 1996

VIEIRA, Sofia Lerche; **História da Educação no Ceará: Sobre Promessas, Fatos e Feitos,** Fortaleza, Edições Demócrito rocha, 2002

ZAGURY, Tânia; **O Adolescente Por Ele Mesmo,** 13ª ed., Rio de Janeiro, Record, 2002